

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf EVERTON DE FRANÇA

O emprego do Batalhão de Infantaria junto a órgãos governamentais: uma proposta quanto à logística necessária para o apoio a desastres ambientais e crises humanitárias.



Rio de Janeiro

2020

Maj Inf **EVERTON DE FRANÇA**

O emprego do Batalhão de Infantaria junto a órgãos governamentais: uma proposta quanto à logística necessária para o apoio a desastres ambientais e crises humanitárias.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf Rogério Gomes Marques

Rio de Janeiro
2020

F814e França, Everton de

O emprego do Batalhão de Infantaria junto a órgãos governamentais: uma proposta quanto à logística necessária para o apoio a desastres ambientais e crises humanitárias./ Everton de França. - 2020.

74 f. : il ; 30cm.

Orientação: Ten Cel Inf Rogerio Gomes Marques.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em ciências militares)

- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 71-74.

1. DEFESA CIVIL 2. AJUDA HUMANITÁRIA. 3. BATALHÃO DE INFANTARIA. I. Título.

CDD 355.4

Maj Inf EVERTON DE FRANÇA

O emprego do Batalhão de Infantaria junto a órgãos governamentais: uma proposta quanto à logística necessária para o apoio a desastres ambientais e crises humanitárias.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em ___ de novembro de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

ROGÉRIO GOMES MARQUES - Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

PAULO RICARDO BORGES DE AGUIAR - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

CARLOS NUNES PACHECO NETO - Ten Cel Int - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, minhas filhas e meus pais, fontes de inspiração e exemplo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida, felicidade, tranquilidade e saúde.

À minha família, pelo apoio, incentivo, carinho e compreensão em todos os momentos, sendo fundamentais no sucesso da conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, pela minha educação e formação, me mostrando a importância da dedicação, do trabalho árduo e da disciplina, como fontes prementes do sucesso pessoal.

Ao Exército Brasileiro, pela oportunidade em realizar um trabalho monográfico, de modo a ampliar o conhecimento profissional.

Ao meu orientador, Ten Cel Inf Rogerio Gomes Marques, não apenas pela orientação, como também pelo incentivo e confiança demonstrados em várias oportunidades.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

Os desastres naturais e antropogênicos ocorridos no Brasil na última década causaram graves consequências para a população e devastadores impactos ambientais nos locais onde tiveram incidência. Em paralelo, os impulsos migratórios têm crescido nos últimos anos, geralmente, motivados por questões econômicas, guerras e fome, entre outros. Nessas atividades, embora o Exército Brasileiro (EB) preveja estruturas operacionais para rápida resposta, muitas vezes as Organizações Militares mais próximas são as primeiras a serem empregadas, tendo em vista a premência de tempo, bem característica nessas situações. Dessa forma o presente trabalho evidenciou, por meio do estudo bibliográfico e leitura exploratória, a preparação e participação do Exército Brasileiro, particularmente a do Batalhão de Infantaria (BI), tendo em vista sua grande abrangência nacional, dentro da Logística Humanitária em apoio a esses acontecimentos. Como resultado da investigação foram apresentados os aspectos relevantes da legislação brasileira sobre o tema, da Política Nacional de Defesa Civil e da doutrina de organizações civis e militares, nacionais e internacionais, que se relacionam com as experiências e a realidade dos Batalhões de Infantaria do Exército Brasileiro. Ao fim da pesquisa conclui-se sobre a importância de conhecer a legislação vigente para atuar na atribuição subsidiária geral das Forças Armadas, bem como da importância dos processos logísticos para o sucesso das missões. Por fim, foram feitas propostas de organização do Batalhão de Infantaria para o apoio à Defesa Civil e Ajuda Humanitária, bem como sugestões de meios logísticos a serem utilizados por essas Organizações Militares. Dessa forma, com uma visão ampla do tema, a pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de uma doutrina ainda incipiente no âmbito do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: defesa civil; ajuda humanitária; batalhão de infantaria.

RESEÑA

Los desastres naturales y antropogénicos ocurridos en Brasil en la última década causaron graves consecuencias para la población y devastadores impactos ambientales en los sitios donde tuvieron incidencia. Asimismo, los impulsos migratorios han crecido en los últimos años, motivados por cuestiones económicas, guerras y hambre, entre otros. En esas actividades, aunque el Ejército Brasileño (EB) prevea estructuras operacionales para rápida respuesta, muchas veces las Organizaciones Militares más cercanas son las primeras empleadas, por la urgencia, común en esas situaciones. Además el trabajo ha demostrado, por el estudio bibliográfico y lectura, la preparación y participación del Ejército Brasileño, particularmente del Batallón de Infantería, por su gran alcance nacional, dentro de la logística humanitaria en apoyo a esos ocurridos. Como resultado de la investigación han sido presentados los aspectos relevantes de la legislación brasileña, de la Política Nacional de Defensa Civil y de la doctrina de organizaciones civiles y militares, nacionales e internacionales, que se ajustan a las experiencias y realidad de los Batallones de Infantería del Ejército Brasileño. Se ha concluido sobre la importancia de conocer la legislación vigente para actuar en la atribución subsidiaria general de las Fuerzas Armadas, así como la importancia de los procesos logísticos para el éxito de las misiones. Por último, se han hecho propuestas de organización del Batallón de Infantería para apoyo a la Defensa Civil y Ayuda Humanitaria, así como sugerencias de medios logísticos que deban ser utilizados por esas Organizaciones Militares. De ese modo, con una visión amplia del tema, la pesquisa busca contribuir con el desarrollo de una doctrina todavía temprana en el Ejército Brasileño.

Palabras llave: defensa civil; ayuda humanitaria; batallón de infantería.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ANVISA	Agência de Vigilância Sanitária
CEDEC	Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil
CEPED	Centros de Estudo e Pesquisa em Desastres
CHELOG	Chefia de Logística
CGVAM	Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental
CHOC	Chefia de Operações Conjuntas
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
COC	Centro de Operações Conjuntas
COMDEC	Coordenadorias Municipais de Defesa Civil
CONDEC	Conselho Nacional de Defesa Civil
CORDEC	Coordenadorias Regionais de Defesa Civil
COTER	Comando de Operações Terrestres
CGCH	Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária
EB	Exército Brasileiro
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EME	Estado Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FS	Força Singular
GBREC	Grupo de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas
GTI-AHI	Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional
INSARAG	International Search and Rescue Advisory Group

LC	Lei Complementar
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
MEM	Material de Emprego Militar
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MI	Ministério da Integração Nacional
NCD	Nota de Coordenação Doutrinária
NUDEC	Núcleos Comunitários de Defesa Civil
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PEFACaD	Plano de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres
PF	Polícia Federal
PIM	Programa de Instrução Militar
PND	Política Nacional de Defesa
QCP	Quadro de Cargos Previstos
QDM	Quadro de Dotação de Material
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SINDEC	Sistema nacional de Defesa Civil
SCO	Sistema de Comando em Operações
USAR	Urban Search and Rescue

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA	16
3	A DEFESA CIVIL E A AJUDA HUMANITÁRIA NO BRASIL	17
3.1	ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL NO BRASIL.....	17
3.2	ATUAÇÃO DA AJUDA HUMANITÁRIA NO BRASIL.....	21
4	O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL E AJUDA HUMANITÁRIA	23
4.1	O EXÉRCITO BRASILEIRO E A DEFESA CIVIL.....	23
4.2	A FORÇA DE AJUDA HUMANITÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO...	25
5	O BATALHÃO DE INFANTARIA	29
5.1	ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO DE INFANTARIA	29
5.2	A LOGÍSTICA DO BATALHÃO DE INFANTARIA.....	31
5.2	FUNÇÕES LOGÍSTICAS DESEMPENHADAS PELO BATALHÃO DE INFANTARIA.....	33
5.3.1	Função Logística Suprimento	33
5.3.2	Função Logística Manutenção	33
5.3.3	Função Logística Transporte	34
5.3.4	Função Logística Recursos Humanos	34
5.3.5	Função Logística Saúde	34
6	ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E CIVIS, NO BRASIL E NO EXTERIOR, NA ÁREA DE DEFESA CIVIL E AJUDA HUMANITÁRIA	35
6.1	ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE SANTA CATARINA.....	35
6.2	A FORÇA DE AJUDA HUMANITÁRIA NO COMANDO MILITAR DO NORDESTE.....	37
6.3	O EMPREGO DO EXÉRCITO AMERICANO EM OPERAÇÕES DE APOIO AOS CIVIS.....	46
6.4	A FORÇA DE AJUDA HUMANITÁRIA NO MÉXICO.....	52
7	DISCUSSÃO DE RESULTADOS E FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS	55

7.1	PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO EM PESSOAL DO BATALHÃO DE INFANTARIA EM OPERAÇÕES DE DEFESA CIVIL E AJUDA HUMANITÁRIA.....	56
7.2	PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO EM MATERIAL DO BATALHÃO DE INFANTARIA EM OPERAÇÕES DE DEFESA CIVIL E AJUDA HUMANITÁRIA.....	60
8	CONCLUSÃO	66
8.1	SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES.....	68
	REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

As Forças Armadas (FA) têm aumentado cada vez mais sua participação no cenário nacional em tendo em vista as necessidades da sociedade brasileira, o que têm lhes conferido, nos últimos anos, os índices mais elevados de credibilidade. As ações militares foram ampliadas para além do emprego convencional das Forças, exigindo mais esforço, dedicação e capacitação de seus integrantes.

Em função do desenvolvimento dos Estados e a interdependência entre os mesmos, novas necessidades foram agregadas à Segurança, perdendo o enfoque único do conflito entre nações, ou seja, a proteção contra ataques de outras Estados ou, mais simplesmente, a defesa externa. O conceito de Segurança foi ampliado, abarcando os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental, entre outros (CORDEIRO 2016).

Nesse contexto, preservar a Segurança passou a requerer medidas de largo espectro, abrangendo, além da defesa externa, a defesa civil, a segurança humanitária, a segurança pública, por meio de ações nas diversas expressões do poder. A Defesa deixou de ser exclusivamente relacionada ao emprego do Poder Militar, passando a envolver o Poder Político, Econômico, Psicossocial e a Científico-Tecnológico, conforme expressa a PND.

As capacidades relacionadas à Segurança, além de responder a ações militares adversas, devem também proteger a sociedade de outras ameaças que ocorrem ainda em tempo de paz, como as ações relacionadas a Defesa Civil e Ajuda Humanitária, tendo como arcabouço legal a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a PND e a END.

Nesse viés, a atual situação climatológica brasileira tem sido caracterizada por crescentes tragédias relacionadas a enchentes, deslizamentos de terra, soterramentos, fortes chuvas e vendavais, ocasionando grande número de mortos, feridos e desalojados. De forma semelhante, tem crescido a ocorrência de crises humanitárias que envolvem diretamente o Brasil, como a crise de refugiados venezuelanos, em função da atual conjuntura política, social e econômica da sua nação.

Tendo em vista a frequente participação das Forças Armadas neste cenário, elaborou-se o manual MD33-I-01 (Instruções para Emprego das Forças Armadas em Apoio à Defesa Civil, 2015a), com o objetivo de proporcionar às três forças

embasamento necessário para apoiar ações preventivas, incluindo planejamentos, instrução e simulações de respostas a desastres, tudo com vistas a evitar ou mitigar os efeitos daquelas ocorrências.

Nesse contexto, o emprego do Exército Brasileiro e, particularmente, dos Batalhões de Infantaria, se torna imprescindível nas atribuições subsidiárias gerais de cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, caracterizando como uma “peça de manobra” fundamental para o cumprimento de tais encargos.

Em face a essa demanda, percebe-se que a logística do Batalhão de Infantaria se apresenta de forma insuficiente, sendo dotada de materiais inadequados para as referidas missões, deixando assim de cumprir em sua plenitude a tarefa de preservar o bem estar dos cidadãos e proteger a sociedade, em consonância com a missão subsidiária prevista na LC 97/99, de cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil (BRASIL, 1999).

Dessa forma, com a finalidade de cooperar com a doutrina para emprego de tropas da Força Terrestre em Operações de Ajuda Humanitária, esse trabalho pretende realizar uma proposta quanto à logística necessária para a participação de um Batalhão de Infantaria nas referidas missões, destacando a doutrina atualmente utilizada pelo Exército Brasileiro e apresentando outras doutrinas civis e militares, nacionais e internacionais relevantes.

Ademais, as Operações de Apoio às Ações da Defesa Civil possuem em sua essência relação de similaridade com as Operações de Ajuda Humanitária, tendo muitas vezes seus conceitos se confundido, dada a proximidade do efeito de suas ações.

Ao se consultar os fundamentos que descrevem ambas as atividades, o manual MD35-G-01 define Defesa Civil como o “conjunto de ações preventivas, de socorro assistencial e recuperativo, destinado a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social” (BRASIL, 2015b).

Ainda nesse viés, a Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) Nr 01/20 -CDout Ex/EME, de 10 de abril de 2014, define Operações de Ajuda Humanitária como:

Operação concebida especificamente para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, bem como para prestar assistência cívico-social. Destina-se a complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta a desastre do governo e de organizações não governamentais (BRASIL, 2014a, p. 4).

Pode-se inferir ao se interpretar os dois conceitos que ambos se relacionam ao propósito de socorrer populações em ambientes ou situações características de desastres, exigindo a pronta resposta de órgãos habilitados a realizarem tais tarefas.

Nesse contexto, de acordo com manual EB70-MC-10.223, Operações o emprego do EB e, particularmente, dos Batalhões de Infantaria, é imprescindível nas atribuições subsidiárias gerais de cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil (BRASIL, 2014b, p. 3-16).

Da importância dessa missão surge a problemática que norteia o presente trabalho, a ser materializado na seguinte pergunta: Quais seriam os meios mais adequados para um permanente estado de prontidão operativa do Batalhão de Infantaria em operações de Defesa Civil e Ajuda Humanitária?

Segundo (CRESWELL, 2010) a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada e destacada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo. Assim, esta pesquisa apresenta o objetivo geral e seus três objetivos específicos.

O presente trabalho pretende apresentar meios materiais necessários para a participação de um Batalhão de Infantaria em apoio a desastres ambientais e crises humanitárias.

A fim de viabilizar a consecução do objetivo deste trabalho foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida:

a) Apresentar a preparação das OM da Força Terrestre nas Operações de Ajuda Humanitária, no tocante ao apoio a desastres ambientais e crises humanitárias.

b) Apresentar a atuação de organizações militares e civis, no Brasil e no exterior, na área de defesa civil e ajuda humanitária.

c) Propor a estrutura logística necessária para um Batalhão de Infantaria ser empregado em apoio a desastres ambientais e crises humanitárias, destacando oportunidades de melhoria que contribuam para maior efetividade no cumprimento dessa missão.

O trabalho utilizará a seguinte hipótese: os meios levantados durante a pesquisa contribuirão positivamente para um permanente estado de prontidão operativa do Batalhão de Infantaria, em operações de apoio à Defesa Civil e Ajuda Humanitária.

Sinteticamente, foram manipuladas duas variáveis no esforço de resolver o problema dessa pesquisa. A variável independente foi o conjunto de meios militares pertencentes à logística de material a serem diretamente empregados nas operações supracitadas. A variável dependente foi o desenvolvimento das capacidades da unidade militar, materializado no estado de prontidão operativa.

As variáveis empregadas no presente trabalho foram caracterizadas no quadro abaixo:

Variável Independente	Dimensões da variável independente	Dimensões da variável dependente	Variável dependente
Adequados meios materiais	- Conhecimento técnico (tecnologia)	- Capacitação de Quadros (preparo)	Desenvolvimento da prontidão operativa
	- Efetividade (emprego)	- Cumprimento da missão (emprego)	

Quadro 1 – Definição conceitual das variáveis
Fonte: o autor

O enfoque da pesquisa foi fundamentado na participação do Exército Brasileiro no socorro à população brasileira, em catástrofes de grande vulto, como as chuvas ocorridas na região serrana do Rio de Janeiro, que deixaram cerca de oitocentos mortos. Da mesma forma, buscou-se abordar emprego da Força Terrestre na condução da Força Tarefa Logística Humanitária, conhecida como Operação Acolhida, a qual já atendeu mais de quinhentos mil imigrantes venezuelanos desde 2017, tendo sido alvo de elogios pela efetividade das suas ações.

Nessas atividades, embora o Exército Brasileiro preveja estruturas operacionais para o rápida resposta, muitas vezes as Organizações Militares mais próximas dos desastres são as primeiras a serem empregadas, tendo em vista a premência de tempo, bem característica nessas situações.

Dessa forma, o trabalho se faz relevante em virtude do crescente emprego da Força Terrestre em Operações de Apoio à Defesa Civil e Operações de Ajuda Humanitária, ao buscar propor a uma Unidade Militar, especificamente o Batalhão de Infantaria, a logística de material mínima a ser utilizada para desenvolvimento de capacidades necessárias a essas ações.

2 METODOLOGIA

A concepção da pesquisa, quanto à forma de abordagem do problema, foi qualitativa, com a qual se busca o raciocínio lógico mediante o estudo da legislação em vigor e da bibliografia disponível. A arquitetura do raciocínio lógico é complementada com o apoio de uma pesquisa que indica como são aplicados nos Batalhões de Infantaria os aspectos atinentes ao planejamento da cooperação com a Defesa Civil em caso de desastre, bem como nas ações de Apoio Humanitário.

Para o caso específico estudado foi adotado o método hipotético-dedutivo, pelo qual a partir de premissas válidas, obteve-se a hipótese a qual foi confirmada.

No que se refere ao tipo, o trabalho foi desenvolvido em três níveis de pesquisa: exploratório, descritivo e explicativo. Conforme Gil (2002), o primeiro teve como finalidade conhecer melhor o problema, possibilitando a formulação de uma hipótese.

O nível descritivo objetivou primordialmente o estabelecimento de relação entre variáveis meios materiais e prontidão operativa.

O nível explicativo preocupou-se em identificar os fatores que contribuiriam para o acréscimo na prontidão operativa, baseando-se em meios materiais utilizados por diversas organizações.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de consultas à biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, bem como nas páginas de Internet do Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Exército dos Estados Unidos da América, Exército do México e Defesa Civil de Santa Catarina. O objetivo principal foi levantar informações em documentos como regulamentos internos, circulares, pareceres, portarias e relatórios, entre outros.

3 A DEFESA CIVIL E A AJUDA HUMANITÁRIA NO BRASIL

3.1 ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL NO BRASIL

A definição de Defesa Civil está ligada ao conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social (BRASIL, 2010a). O direito natural à vida e à incolumidade foi formalmente reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil. Compete à Defesa Civil a garantia desse direito, em circunstâncias de desastre (BRASIL, 2007, p. 5).

O órgão responsável pela Defesa Civil no Brasil é a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, que é responsável por coordenar o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, segundo o §2 do artigo segundo da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Regulando a Medida Provisória nº 494, 35 de 2 de Julho de 2010, que foi convertida na lei supracitada encontra-se o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010. O Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC atua na redução de desastres em todo o território nacional (BRASIL, 2012, p. 6) e para isto está estruturado da seguinte forma:

O “Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, que é responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes do sistema.” (BRASIL, 2012, p. 6)

A Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC, que tem por responsabilidade a articulação, coordenação e supervisão técnica do Sistema (BRASIL, 2012, p. 6).

As “Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - CORDEC, ou órgãos correspondentes, localizadas nas cinco macrorregiões geográficas do Brasil e responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível regional” (BRASIL, 2012, p. 6).

As Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil - CEDEC, ou órgãos correspondentes, são “responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível estadual” (BRASIL, 2012, p. 6).

As Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - COMDEC, ou órgãos correspondentes e Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, ou entidades correspondentes responsáveis pela articulação e coordenação do Sistema em nível municipal (BRASIL, 2012, p. 6).

Os órgãos setoriais são “os órgãos da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, que se articulam com os órgãos de coordenação, com o objetivo de garantir atuação sistêmica” (BRASIL, 2012, p.7).

Os órgãos de apoio são “os órgãos públicos e entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não-governamentais e associações de classe e comunitárias, que apóiam os demais órgãos integrantes do Sistema” (BRASIL, 2012, p.7).

A Secretaria Nacional de Defesa Civil apresentou em 2012 a nova Política Nacional de Defesa Civil. Nesta política estão descritas as possibilidades mais prováveis de atuação (BRASIL, 2012, p.1). Em consequência é possível conhecer as principais situações de emprego das Forças Armadas e consequentemente do Exército.

Versa a Política Nacional de Defesa Civil que as ações de redução de desastres abrangem os aspectos globais, prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e reconstrução (BRASIL, 2012, p. 5).

As ações de prevenção de desastres englobam atividades de avaliação de risco de desastres e a redução de riscos de desastres. Os levantamentos realizados na avaliação de risco servem de base para o planejamento da cooperação, um exemplo de produto destas atividades são as hipóteses de risco de desastres. Nas ações de redução de riscos são desenvolvidas ações:

- não estruturais como promoção da educação pública e da mudança cultural e comportamental; e

- estruturais, que são obras de construção (BRASIL, 1999b, p. 24).

Um exemplo de cooperação na prevenção de desastres ocorreu na Operação Inverno em Recife, onde foram fornecidos 30 militares para apoiar a instalação de lonas em barreiras sujeitas a deslizamentos (CODECIR, 2011).

As atividades de avaliação de risco geram pareceres como o elencado abaixo:

A realidade brasileira, neste contexto de desastres, pode ser caracterizada pela frequência dos desastres naturais cíclicos, especialmente as inundações em todo o País, seca na região Nordeste e um crescente aumento dos desastres humanos, devido ao crescimento urbano desordenado, às migrações internas e ao fenômeno da urbanização acelerada sem a disponibilidade dos serviços essenciais.

Num cenário de extensão continental, com cerca de 8,5 milhões km², 7.367 km de litoral banhado pelo Oceano Atlântico e 209 milhões de habitantes, (IBGE, 2020a) o Brasil apresenta-se com características regionais de desastres, onde os desastres naturais mais prevalentes são:

- Região Norte - incêndios florestais e inundações;
- Região Nordeste - secas e inundações;
- Região Centro-Oeste - incêndios florestais;
- Região Sudeste – deslizamento e inundações;
- Região Sul – inundações, vendavais e granizo (BRASIL, 2020b).

A preparação para emergências e desastres objetiva otimizar as ações preventivas, de resposta aos desastres e de reconstrução, através dos projetos de Desenvolvimento Institucional, de Desenvolvimento de Recursos Humanos, de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Mudança Cultural, de Motivação e Articulação Empresarial, de Informações e Estudos Epidemiológicos sobre Desastres, de Monitorização, Alerta e Alarme, de Planejamento Operacional e de Contingência, de Planejamento de Proteção de Populações contra Riscos de Desastres Focais, de Mobilização, de Aparentamento e Apoio Logístico (BRASIL, 2012, p.16).

Para cada uma das atividades supracitadas a Defesa Civil desenvolve um projeto específico (BRASIL, 2012, p.19, 20 e 21). Destacam-se o projeto de mobilização e o projeto de planejamento operacional e de contingência pela necessidade de articulação e coordenação da Defesa Civil com os demais órgãos e entidades.

O planejamento operacional e de contingência busca otimizar as ações de resposta aos desastres por meio da:

- análise de riscos, que compreende o estudo das ameaças e do grau de vulnerabilidade dos sistemas, concluindo com hipóteses de planejamento, fundamentadas na hierarquização dos riscos;
- definição das necessidades de monitorização, alerta e alarme relativas à previsão de desastres;
- definição das ações a realizar, nas fases de socorro, assistência às populações e reabilitação dos cenários dos desastres;
- seleção dos órgãos do SINDEC melhor vocacionados para a execução das ações previstas e definição dos meios necessários à operacionalização das mesmas;
- definição do gerente do projeto e do grupo de assessores, responsáveis pela articulação com os órgãos setoriais;

- estabelecimento de mecanismos de coordenação que facilitem o detalhamento do planejamento dos órgãos setoriais e o gerenciamento das operações, em circunstâncias de desastre (BRASIL, 2012, p. 28).

É no projeto de Mobilização que a Defesa Civil cria o vínculo com os demais órgãos e entidades. O projeto “tem por finalidade difundir metodologias relacionadas com a mobilização, para responder às hipóteses de riscos de desastres, entre todos os órgãos integrantes do SINDEC” (BRASIL, 2012, p.29).

O planejamento da mobilização obedece às seguintes etapas:

- definição dos recursos institucionais, humanos e materiais necessários;
- identificação dos órgãos e entidades (públicas e privadas) que disponham desses recursos;
- seleção de órgãos e entidades melhor vocacionados para atuarem nas operações de resposta aos desastres;
- articulação e coordenação com esses órgãos e entidades e definição de suas atribuições;
- cadastramento e organização de bancos de dados e de mapas temáticos sobre a disponibilidade de recursos e a localização destes.

Aos órgãos de coordenação do SINDEC, nos três níveis de governo, compete:

- articular e coordenar as atividades de mobilização, no âmbito do SINDEC;
- atualizar permanentemente o cadastro dos recursos disponíveis e mobilizáveis;
- atualizar os mapas temáticos sobre o equipamento do território (instalações de apoio) e sobre a localização dos recursos disponíveis e mobilizáveis. (BRASIL, 2012, p.29)

A resposta aos desastres compreende três fases: socorro, assistência às populações vitimadas e a reabilitação do cenário do desastre (BRASIL, 2012, p.16).

A fase de socorro é subdividida em fase de pré – impacto, impacto e limitação de danos. Onde a fase de pré – impacto é o intervalo de tempo que ocorre entre o prenúncio e o desencadeamento do desastre.

A fase de impacto é o momento em que o evento adverso atua em sua plenitude máxima.

A fase de limitação de danos é a situação imediata ao impacto, na qual os efeitos do evento iniciam o processo de atenuação (BRASIL, 2012, p.16; p. 17).

A Fase de Assistência às Populações Vitimadas compreende atividades logísticas, assistenciais e de promoção da saúde (BRASIL, 2012, p. 17).

A fase de reabilitação do cenário do desastre compreende as atividades de avaliação de danos; de vistoria e elaboração de laudos técnicos; de desmontagem de estruturas danificadas, desobstrução e remoção de escombros; de sepultamento, limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação do ambiente; de reabilitação dos serviços essenciais; recuperação de unidades habitacionais de baixa renda (BRASIL, 2012, p. 17).

Assim que se encerram as atividades de resposta ao desastre iniciam-se as atividades de reconstrução. A reconstrução tem por finalidade restabelecer em sua plenitude os serviços públicos essenciais; a economia da área; o bem-estar da população; o moral social e de certo modo confunde-se com a prevenção (SCHWAZER, 2011).

Para cada aspecto global da redução de desastres (prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e reconstrução) existe um programa específico que rege as atividades em cada fase (SCHWAZER, 2011).

Com a finalidade de desenvolver a doutrina de Defesa Civil e atingir a excelência nos estudos de redução de desastres a Secretaria Nacional de Defesa Civil está incentivando a criação de Centros de Estudo e Pesquisa em Desastres – CEPED. No Brasil já existem iniciativas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro (VALENTE, 2010, p. 61 e 62).

O Centro de Estudos e Pesquisa em Desastres – CEPED da Universidade Federal de Santa Catarina, já ofereceu o curso de capacitação em Defesa Civil: Sistema de Comando em Operações – SCO na modalidade à distância (ALVES, GOMES JÚNIOR, 2004).

3.2 ATUAÇÃO DA AJUDA HUMANITÁRIA NO BRASIL

A Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi criada pelo Decreto nº 9.110, de 27 de julho de 2017, e tem a responsabilidade de:

I - coordenar ações de resposta emergencial de caráter humanitário, inclusive doações de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade; e

II - acompanhar iniciativas de cooperação em temas humanitários junto aos organismos internacionais, assim como junto a outros parceiros governamentais e não governamentais (BRASIL 2017)

De modo a fortalecer o seu escopo de atuação, em 21 de junho de 2018, foi publicada a Lei nº 13.684, na qual o artigo 11 estabelece:

“que a União poderá prestar cooperação humanitária, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, a fim de apoiar países ou populações que se encontrem em estado de conflito armado, de desastre natural, de calamidade pública, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população” (BRASIL 2020).

Desde agosto 2016, a ABC tem coordenado ações de resposta emergencial de caráter humanitário do governo brasileiro, por meio de doações de alimentos, medicamentos e outros itens de necessidade para o atendimento a países e populações que se encontrem em situação de desastre socioambiental, de calamidade pública, de conflito armado, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população (BRASIL 2017).

Tais ações tem como princípios a humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência, em conformidade com as Resoluções 46/182 e 58/114 da Assembleia Geral das Nações Unidas e com o artigo 4º da Constituição Federal, que prevê que a República Federativa do Brasil rege-se nas relações internacionais pelos princípios de prevalência dos direitos humanos e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, entre outros (BRASIL 2017).

De janeiro a dezembro de 2017, a CGCH coordenou 22 doações de medicamentos e 6 ações de resposta humanitária emergencial. Em consonância com a política externa do governo brasileiro, a atuação da CGCH da ABC é guiada pelas demandas recebidas dos países que solicitam assistência humanitária (BRASIL 2017).

O Ministério das Relações Exteriores, por meio da ABC, coordena o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), criado pelo Decreto de 21 de junho de 2006, instância que possibilita a construção de um alinhamento mais acertado acerca da resposta humanitária promovida pelo governo brasileiro. O GTI-AHI tem por objetivos:

I - coordenar os esforços brasileiros de ajuda humanitária internacional; e

II - formular propostas de projetos de lei que visem autorização lato sensu para ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil.

Atualmente, o GTI-AHI é integrado pelos seguinte órgãos da Administração Pública Federal:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministério das Relações Exteriores;

III - Ministério da Defesa;

IV - Ministério da Justiça;

V - Ministério da Economia;

VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VII - Ministério da Saúde;

VIII - Ministério da Integração Nacional;

IX - Ministério do Desenvolvimento Social;

X - Secretaria-Geral da Presidência da República;

XI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

XII - Ministério da Educação;

XIII – Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

XIV - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações;

XV - Ministério dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL 2017).

4 O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL E AJUDA HUMANITÁRIA

4.1 O EXÉRCITO BRASILEIRO E A DEFESA CIVIL

Segundo a Portaria Normativa nº 7/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016, que aprova as Instruções para Emprego das Forças Armadas em Apoio à Defesa Civil - MD33-I-01 (1ª Edição/2015), cabe às Forças Armadas cooperar, mediante autorização, com os órgãos e entidades que possuem competências relacionadas com a Defesa Civil. Para isso, ficar em condições de apoiar ações preventivas, incluindo planejamentos, instrução e simulações, e de resposta a desastres, tudo com vistas a evitar ou mitigar os efeitos daquelas ocorrências; a preservar o bem-estar da população; e a restabelecer a normalidade social.

O acionamento das FA em casos de Desastres Naturais ou Antrópicos ocorrerá com a interoperabilidade dos seguintes órgãos:

- Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA);
- Chefia de Operações Conjuntas (CHOC), do EMCFA;
- Centro de Operações Conjuntas (COC), da CHOC/EMCFA;
- Chefia de Logística (CHELOG), do EMCFA;
- Comando de Operações de cada Força Singular (FS);
- Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM);
- Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), do

Ministério da Integração Nacional (MI); e

-Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (BRASIL, 2015a).

Cabe frisar que o EB não está inserido no SINPDEC, entretanto, poderá cooperar com esse sistema: atendendo a uma solicitação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD); e de forma emergencial, conforme o Plano de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres (PEFACaD) (BRASIL, 2015). De acordo com este Plano, no primeiro caso, após atender ao pedido dos governos estaduais e/ou municipais, formalizado pela solicitação do CENAD, o Ministério da Defesa (MD) mobilizará as Forças para prestar o apoio solicitado, a fim de que sejam executadas ações céleres e haja coordenação com as demais agências envolvidas na defesa civil daquele governo; no segundo caso, quando ocorrer um desastre natural, por solicitação dos órgãos de defesa civil locais, a Organização Militar situada no local do desastre, poderá atuar em prol da preservação de pessoas e de bens, devendo, no entanto, haver a solicitação formal do CENAD ao MD a posteriori. Neste contexto, consoante o MD33-I-01, é lícito afirmar que as Forças Armadas não deverão assumir o controle operacional das agências empregadas na defesa civil, cabendo, tão somente, a atuação em coordenação com estes elementos (BRASIL, 2015a).

O Brasil, no contexto de desastres, é afetado principalmente pela frequência de desastres naturais cíclicos, especialmente as inundações em todo o território nacional e as secas no Nordeste. Segundo o Portal Brasil, em matéria intitulada “Hospitais do Exército atenderão vítimas das enchentes no Nordeste” (HOSPITAIS, 2017), em maio deste ano, o país sofreu com enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas,

devido às intensas chuvas, sendo decretado, inclusive, estado de calamidade pública. Este desastre trouxe uma quantidade de pessoas desabrigadas e desalojadas superior a 50.000, havendo até mesmo o desdobramento do Exército Brasileiro com apoio de Hospital de Campanha para atender às vítimas das enchentes.

Outro caso notório em que o país se viu afetado pelas inundações, ocorreu no Acre, em 2015, onde, devido às cheias do Rio Acre, em razão das fortes chuvas que atingiram o Estado, mais de 120.000 pessoas foram afetadas, conforme artigo publicado na página eletrônica do Diálogo (Revista Militar Digital, 2015), havendo decretação de calamidade pública. Segundo divulgou este site, mais uma vez o Exército foi empregado, removendo civis de áreas de risco, transportando gêneros de primeira necessidade, lançando pontes e transportando civis de um lado do rio para o outro por intermédio de embarcações.

Por fim, outro caso emblemático ocorreu na Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, onde mais de 900 pessoas morreram e cerca de 30.000 ficaram desalojadas e desabrigadas, em razão de enchentes e deslizamentos de terra, devido às fortes chuvas, como divulgado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento básico (BRASIL, 2011). Segundo o sítio eletrônico da Força Terrestre, em matéria publicada em 2011 (Apoio à População Afetada pelas Enchentes Na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro), o Exército prestou auxílio à Defesa Civil naquela catástrofe com distribuição de remédios, comidas e donativos em geral, buscas, salvamentos e desobstrução de vias, além de recuperar a mobilidade da população afetada pelas enchentes com trabalhos de lançamento de pontes.

4.2 A FORÇA DE AJUDA HUMANITÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Esforçando-se para esclarecer termos essenciais para o prosseguimento lúcido deste trabalho, a Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) Nr 01/2014 – C Dout Ex/EME, de 10 de abril de 2014 (BRASIL, 2014a) será indispensável doravante, pois visa “Estabelecer a concepção doutrinária para o emprego de tropas do Exército Brasileiro em Operações de Ajuda Humanitária, tanto em território Nacional como no exterior” (BRASIL, 2014a, p. 3).

Previamente, a definição de Ajuda Humanitária, de acordo com o Manual EB20 MC-10.201, Operações em Ambiente Interagências (BRASIL, 2013):

Ajuda Humanitária – Urgente prestação de socorro de natureza diversa realizada para prestar assistência cívico-social, proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas e para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade (BRASIL, 2013).

Posteriormente, a definição de Ação Humanitária, que simplesmente seria as FA realizando a Ajuda Humanitária, conforme detalhado abaixo:

Ações que são desenvolvidas por contingente de forças navais, terrestres e aéreas, proporcionadas por distinto Estado ou por Estados membros da Organização das Nações Unidas ou de qualquer outro organismo internacional (regional ou mundial), para a urgente prestação de socorro de natureza diversa, a nacionais de país atingido pelos efeitos de catástrofes, ou decorrentes da devastação de guerra entre nações litigantes, tudo com o objetivo de proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas, respeitado o princípio da não intervenção (BRASIL, 2014a, p. 4).

Espaço Humanitário, que nada mais seria que o espaço que se desenvolve as ações humanitárias, esmiuçado em:

Ambiente no qual são desenvolvidos o planejamento e a execução de ações que visam a, primordialmente, reduzir o sofrimento humano e a perda de vidas humanas ante situações adversas (provocadas ou não pelo homem) (BRASIL, 2014a, p.4).

Dando sequência, Operações de Ajuda Humanitária (Op Aj Hum), que são as operações concebidas no Espaço Humanitário:

Operação concebida especificamente para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, bem como para prestar assistência cívico-social. Destina-se a complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta a desastre do governo e de organizações não governamentais (BRASIL, 2014a, p. 4).

Por fim, Força de Ajuda Humanitária (F Aj Hum) que seria a “Força temporária constituída para realizar uma Operação de Ajuda Humanitária, integrando, com os meios necessários, o esforço de resposta em caso de desastre no Brasil ou no exterior” (BRASIL, 2014a, p. 5).

Avançando os estudos, as Op Aj Hum são pautadas em alguns princípios gerais, que, inclusive, são abordados pela NCD Nr 01/2014 (BRASIL, 2014a, p. 9-11):

- A velocidade inicial é o fator basilar para o êxito das Op Aj Hum e é concretizada na prontidão operativa;
- A consciência situacional busca a identificação das capacidades inerentes à Força para empregá-la no esforço de resposta a desastre de forma a evitar o emprego de meios desnecessários ou inadequados;
- A coordenação com o governo local e outras agências o mais rápido possível visa evitar a dispersão de recursos e a divergência de soluções;
- A utilização de unidades locais preparadas, buscando intervir o quanto antes nos desastres;
- Adequação do apoio de saúde com meios de rápido desdobramento e em complementação à estrutura local;
- O gerenciamento na distribuição para garantir que os suprimentos cheguem ao local certo;
- Unidade de esforço de comunicação social que visa uma transmissão da mensagem de modo efetivo;
- Planejamento e execução com vistas ao estado final desejado, atentado sempre para que meios militares desdobrados para auxiliar na resposta a desastre estão na região atingida apenas para fazer face às demandas provenientes do desastre e não para suprir necessidades crônicas da população da área; e
- Atenção para os efeitos de segunda ou terceira ordem, como convulsões sociais e graves perturbações da lei e da ordem e no planejamento de emprego, deve ser considerada a necessidade de coordenação dos meios de segurança pública.

Deste modo, será comentada a organização da F Aj Hum do EB.

Assim, parte-se do princípio que a F Aj Hum desenrolar-se-á a partir da OM existente na região do desastre, podendo ser a mais próxima, utilizando-se dos meios já existentes, conforme perspectiva do Estado-Maior do Exército (EME), através da NCD Nr 01/2014 (BRASIL, 2014a):

A F Aj Hum será estruturada com base nas Organizações Militares existentes na região do desastre, consideradas as suas peculiaridades e os meios dos quais são dotadas. Em caso de inexistência de OM na região, os meios podem ser trazidos de outras regiões do país, conforme a necessidade (BRASIL, 2014a, p. 18).

Como exemplo recente e ainda em execução de Ajuda Humanitária com participação do EB, temos a Operação Acolhida, solução encontrada pelo Brasil para evitar que os reflexos da crise política, econômica e social venezuelana se

espalhassem pelo território nacional, por meio do fluxo migratório de venezuelanos, evitando dessa forma o fechamento da fronteira, prática atualmente usada por outros países do mundo, como os europeus.

A operação Acolhida tem abarcado dezenas de diferentes órgãos públicos de diferentes esferas administrativas. Além disso, também compreende outras organizações nacionais e internacionais, agências da ONU, ONGs nacionais e internacionais, entre outros atores.

No intuito de responder à altura das demandas diárias surgidas, foi criado o Estado-Maior Conjunto Interagências da Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima, composto por militares das três Forças Armadas. Essa estrutura tem como missão coordenar o ordenamento da fronteira, organizando a chegada dos venezuelanos, o abrigo, que é a divisão dos desassistidos em alojamentos e a interiorização, que consiste na absorção dessas pessoas pelos estados brasileiros de acordo com suas demandas (DE OLIVEIRA, 2018).



Figura 1 - Constituição do Estado-Maior Conjunto Interagências da Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima
Fonte: (DE OLIVEIRA, 2018)

O planejamento e execução da Op. Acolhida é executado pela Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima, que coopera com o governo federal, estadual e municipal no que diz respeito as medidas de assistência que serão fornecidas para acolher os refugiados venezuelanos. O que na prática quer dizer todas as medidas

para organizar e controlar a chegada destas pessoas; ao recepcionar, identificar, triar, imunizar (muitas com doenças até então erradicadas do Brasil, como sarampo), abrigar e principalmente interiorizá-los (BRASIL, 2020c).

O processo desenvolvido pela Op. Acolhida é bem organizado e complexo, tendo seu início a partir da entrada do imigrante pela fronteira. Ele é conduzido ao Posto de Recepção e Identificação, onde trabalham Polícia Federal (PF), Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Forças Armadas (BRASIL, 2020c).

Neste posto também, são recebidas orientações sobre imigração, refúgio e interiorização. O imigrante é imunizado e alimentado, em seguida recebe abrigo, onde permanece aguardando o processo de interiorização (BRASIL, 2020c).

Segundo a Polícia Federal, de 2017 até novembro de 2019, mais de 500 mil venezuelanos entraram no País e 264 mil solicitaram regularização migratória para buscar oportunidades e melhores condições de vida (BRASIL, 2020c).

5 O BATALHÃO DE INFANTARIA

5.1 ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO DE INFANTARIA

As Unidades de Infantaria (U Inf) possuem mesma estrutura, sendo organizadas com uma Companhia de Comando e Apoio (Cia C Ap) e 3 (três) Companhias de Fuzileiros (Cia Fuz) (BRASIL 2003).

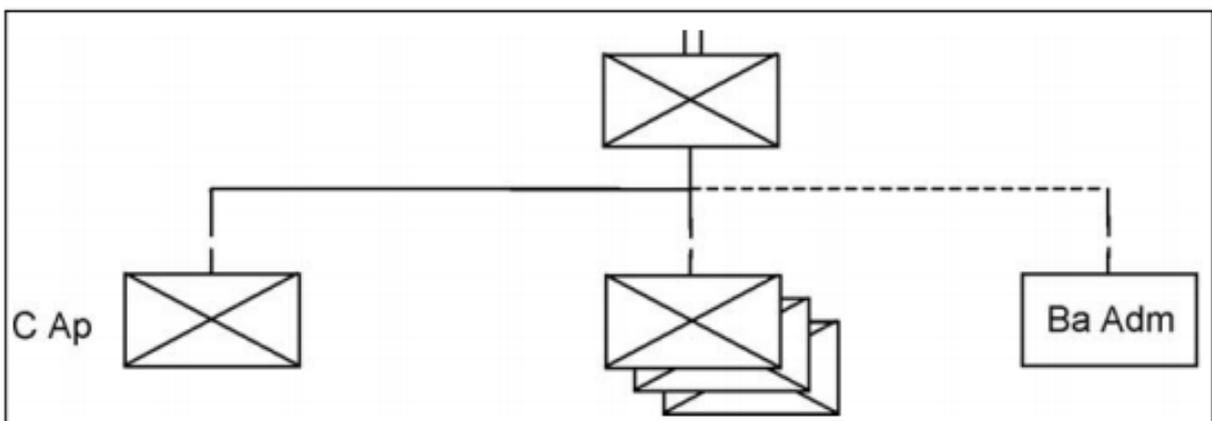


Figura 2 – Estrutura Organizacional da U Inf
Fonte: C 7-20 (BRASIL)

O que diferencia as U Inf de natureza diversa é o QO tipo que elas adotam, o qual é composto pelos seguintes documentos:

- (1) base doutrinária (Ba Dout);
- (2) estrutura organizacional (Etta Org);
- (3) quadro de cargos (QC); e
- (4) quadro de dotação de material (QDM) (BRASIL).

A Cia C Ap é constituída pelo pelotão de comando, pelotão de comunicações, pelotão de saúde, pelotão de suprimento, pelotão de manutenção e transporte, pelotão de morteiros e anticarro (BRASIL 2003).

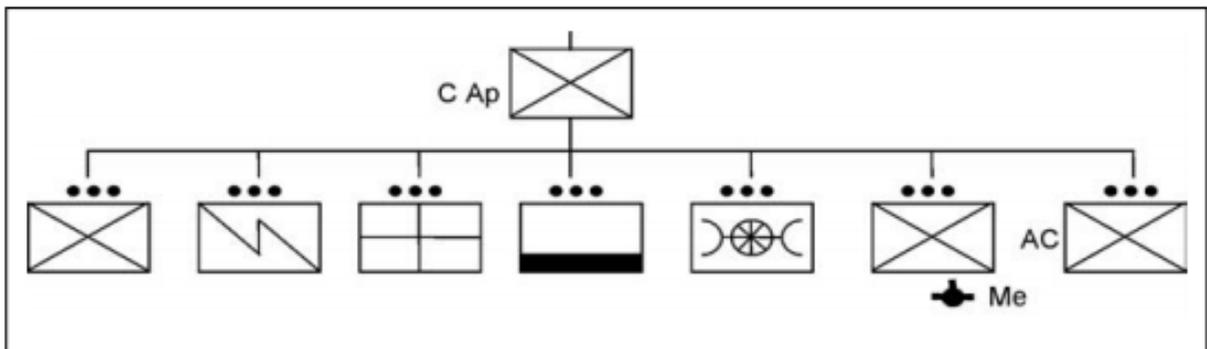


Figura 3 – Estrutura Organizacional da Cia C Ap
Fonte: C 7-20 (BRASIL 2003)

A Cia C Ap tem atribuições referentes:

- aos meios de comando e controle;
- ao posto de comando;
- à área de trens; e
- ao enquadramento das frações de apoio de fogo orgânico do batalhão.

(BRASIL).

A Cia Fuz é constituída por 1 (uma) Seção de Comando (Sec Cmdo), 3 (três) Pelotões de Fuzileiros (Pel Fuz) e 1 (um) Pelotão de Apoio (Pel Ap) (BRASIL 2003).

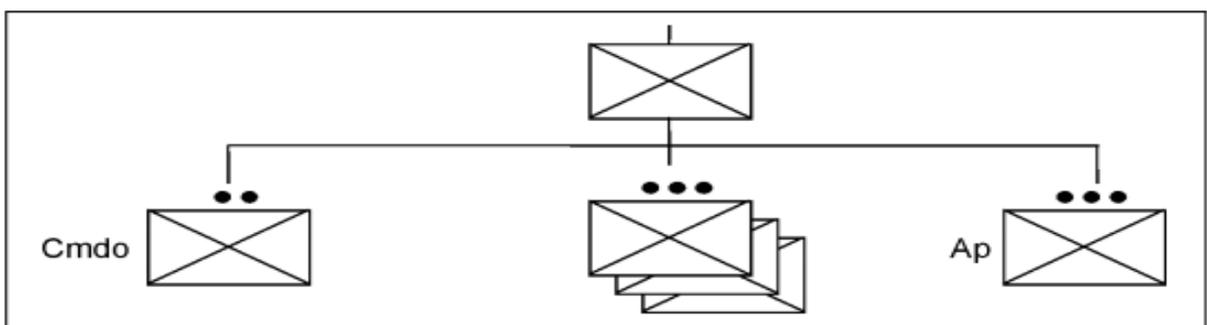


Figura 3 – Estrutura Organizacional da Cia Fuz
Fonte: C 7-20 (BRASIL)

5.2 A LOGÍSTICA DO BATALHÃO DE INFANTARIA

No nível unidade, o gerenciamento das atividades logísticas é orientado para os objetos e objetivos básicos da logística - o MATERIAL e o HOMEM (BRASIL 2003).

Assim, a logística divide-se em dois grandes ramos, a LOGÍSTICA DO MATERIAL e a LOGÍSTICA DO PESSOAL. Esta divisão da logística tem por finalidade simplificar as estruturas organizacionais e os procedimentos logísticos, permitindo maior coordenação e controle do estado-maior e maior eficiência no apoio prestado aos elementos em 1º Escalão (BRASIL 2003).

A LOGÍSTICA DO PESSOAL engloba todas as atividades logísticas voltadas para o apoio aos efetivos (HOMEM):

a. PESSOAL: o controle do pessoal, o processamento dos recompletamento, o nivelamento dos efetivos, o controle das baixas, o moral da tropa e os serviços em campanha, banho, lavanderia, troca de fardamento, sepultamento, serviço postal, etc;

b. SAÚDE: o apoio prestado pelo pelotão de saúde e, todas as tarefas, ações e procedimentos referentes à atividade de saúde realizados nesta fração, inclusive a evacuação de feridos (exceto Sup CI VIII, a cargo do S4) (BRASIL 2003).

A LOGÍSTICA DO MATERIAL engloba todas as atividades logísticas centradas no material:

a. SUPRIMENTO: pedidos, recebimentos, estocagem e distribuição às diversas frações ou locais onde serão processados ou consumidos;

b. MANUTENÇÃO: de todo o material (viaturas, armamento, comunicações, equipamentos diversos, etc), incluindo o processamento do suprimento de manutenção e a evacuação do material;

c. TRANSPORTE: controle dos meios para a realização dos deslocamentos da tropa, a distribuição de suprimentos (Sup), evacuação de material (Mnt) e de mortos (Pes) (BRASIL 2003).

A companhia de Comando e Apoio possui elementos que apóiam o Batalhão nas Atividades de Ap Log. O emprego desses elementos é feito, normalmente, de modo descentralizado (BRASIL 2003).

O Batalhão de Infantaria possui meios próprios, em pessoal e material, que se destinam ao desempenho das diversas atividades logísticas. Eventualmente, o Btl poderá receber do Esc Sp alguns elementos de apoio logístico, que se desdobrarão

nas áreas de responsabilidade da unidade. Esses elementos são, normalmente, instalações de suprimento, equipes de manutenção, meios de transporte ou ambulâncias (BRASIL 2003).

A expressão “Trens” designa o conjunto dos elementos em pessoal, viaturas e material destinados a proporcionar Ap Log a uma unidade.

Composição normal dos trens do Btl:

a. Trem de munição

- 1) Operado pelo Gp Sup CI V/ Pel Sup
- 2) Composto por 04 VTNE 5 Toneladas, com reboque sendo:
- 3) 02 Vtr para munição geral, sendo 01 na ATC e 01 na ATE.
- 4) 01 Vtr para munição de Mrt Me na ATE.
- 5) 01 Vtr para munição AC na ATC

b. Trem de combustível

- 1) Operado pelo Gp Sup/ Pel Mnt Trnp.
- 2) 01 VTE 5 Toneladas, cisterna de 6000 l.

c. Trem de manutenção

- 1) Operado pela Sec Mnt/ Pel Mnt Trnp
- 2) 01 VTNE 5 Toneladas com reboque, utilizada para Mnt Armt.
- 3) 01 VTNE 5 Toneladas, com guincho, utilizada para Mnt Vtr.
- 4) 01 VTE 5 Toneladas, socorro.

d. Trem de saúde

- 1) Operado pelo Pel Sau.
- 2) 03 VTE ambulância, $\frac{3}{4}$ Toneladas (01 por SU de 1º escalão).
- 3) 01 VTNE 5 Toneladas, com reboque, para transporte do pessoal e

materialdo posto de socorro.

e. Trem de cozinha

- 1) Operado pela Sec Ap Dto Sup CI I/ Pel Sup.
- 2) 04 VTNE 5 Toneladas com VRE, cisterna de água de 1500 l (01 por SU).

f. Trem de bagagem

- 1) Controlado pelos Enc Mat das SU.
- 2) 04 VTNE 5 Toneladas com reboque (01 por SU) (BRASIL 2003).

O Manual de Campanha EB70-MC-10.238 Logística Militar Terrestre (BRASIL 2018) define Função Logística como a reunião, sob uma única designação, de um conjunto de atividades logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza. Divide as

referidas funções em: suprimento, manutenção, transporte, engenharia, recursos humanos, saúde e salvamento. Serão utilizados no trabalho os supracitados conceitos.

5.3 FUNÇÕES LOGÍSTICAS DESEMPENHADAS PELO BATALHÃO DE INFANTARIA

5.3.1 FUNÇÃO LOGÍSTICA SUPRIMENTO

Esta Função Logística refere-se ao conjunto de atividades que trata da previsão e provisão de todas as classes, necessário às organizações e às forças apoiadas. Tem como atividades o levantamento das necessidades, a obtenção e a distribuição.

No sistema de classificação militar o material é agrupado em dez classes de suprimento para fins de planejamento e de administração, que são os seguintes:

- a) classe I - material de subsistência;
- b) classe II - material de intendência;
- c) classe III - combustíveis e lubrificantes;
- d) classe IV - material de construção;
- e) classe V - armamento e munição (inclusive químico, biológico e nuclear);
- f) classe VI - material de engenharia e cartografia;
- g) classe VII - material de comunicações, eletrônica e informática;
- h) classe VIII - material de saúde;
- i) classe IX - material de motomecanização e aviação; e
- j) classe X - material não incluído nas outras classes (cartas e mapas, água, impressos e publicações e outros) (BRASIL 2003).

5.3.2 FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO

Esta Função Logística refere-se ao conjunto de atividades que são executadas visando a manter o material em condição de utilização durante todo o seu ciclo de vida e, quando houver avarias, restabelecer essa condição.

As atividades de manutenção guardam estreito relacionamento com as atividades de suprimento. A manutenção inadequada reduz a vida útil do material e impõe um aumento das necessidades de suprimento. Inversamente, as deficiências

de suprimento exigem maior esforço de manutenção e aumentam o tempo de reparo, ocasionando a indisponibilidade dos equipamentos (BRASIL 2003).

5.3.3 FUNÇÃO LOGÍSTICA TRANSPORTE

Esta função logística refere-se ao conjunto de atividades que são executadas, visando ao deslocamento de recursos humanos, materiais e animais por diversos meios, no momento oportuno e para locais predeterminados, a fim de atender às necessidades da F Ter (BRASIL 2003).

Além disso envolve os conceitos de movimento, que consiste na ação de deslocar recursos (pessoal, material, estoques e outros) de uma região para outra, e de transporte, que engloba os meios especializados para movimentar esses recursos, incluindo os equipamentos para manipulação de material (BRASIL 2003).

5.3.4 FUNÇÃO LOGÍSTICA RECURSOS HUMANOS

Recursos humanos é a função logística operacional que tem a seu cargo planejar, integrar e controlar as tarefas de controle de efetivos, reacompanhamento, sepultamento, suprimento reembolsável, serviço postal, banho, lavanderia. Tem por finalidade prever, prover e apoiar o pessoal, contribuindo para manter elevado o moral das forças terrestres em operações (BRASIL 2003).

5.3.5 FUNÇÃO LOGÍSTICA SAÚDE

Esta função logística refere-se a todos os recursos e serviços destinados a promover, aumentar, conservar ou restabelecer a saúde física e mental dos recursos humanos da F Ter e, quando determinado, de outras Forças, de agências (governamentais e não governamentais) e da população local. Engloba todas as atividades e tarefas que, no âmbito conjunto, fazem parte da Função Logística Saúde e outras relacionadas ao apoio de material de saúde no âmbito da F Ter (BRASIL 2003).

A principal estrutura operada é o Posto de Socorro (PS), uma instalação para assistência aos feridos e doentes, sendo constituída das de: recepção, admissão e troca de material; feridos leves; feridos graves; gaseados ou irradiados (quando for o

caso); necrotério; e evacuação e troca de material; que são instalados à medida que a situação o exigir (BRASIL 2003).

O PS possui a limitada capacidade de fazer o tratamento necessário para salvar a vida, fazer a profilaxia e o tratamento inicial do choque e providenciar abrigo temporário para os feridos e doentes (BRASIL 2003).

6 ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E CIVIS, NO BRASIL E NO EXTERIOR, NA ÁREA DE DEFESA CIVIL E AJUDA HUMANITÁRIA

6.1 ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA

Para responder aos desastres, a Defesa Civil de Santa Catarina está organizada da seguinte forma:

A Diretoria de Resposta aos Desastres, que atua em três áreas: Gerência de Operações e Assistência, Gerência de Logística e Mobilização, Gerência de Reabilitação e Restabelecimento.

A Gerência de Operações e Assistência:

Responsável por avaliar as demandas oriundas das cidades afetadas e organizar todas as ações que envolvem as operações de resposta aos desastres, especialmente no controle de sinistros, socorro às vítimas do desastre e assistência à população afetada (SANTA CATARINA, 2012).

A próxima, e aparentemente mais relevante para esta feitura, é a Gerência de Logística e Mobilização, que:

Tem a atribuição de adquirir e encaminhar os itens definidos pela Gerência de Operações e Assistência às áreas afetadas, definindo todo o processo de aquisição, assim como o modal de transporte dos produtos e serviços especiais (SANTA CATARINA, 2013).

E por último, a Gerência de Reabilitação e Restabelecimento, que:

Atua no auxílio da reabilitação dos cenários atingidos, analisando toda a necessidade de reestruturação dos serviços essenciais e restabelecimento emergencial das estruturas e obras de arte comprometidas. Assim como a orientação para confecção de planos de trabalho emergenciais e o tratamento/destinação do resíduo sólido oriundo de desastre (SANTA CATARINA, 2013).

Ao buscar o entendimento na Logística e Mobilização da **Defesa Civil de Santa Catarina**, observa-se que sua Diretoria de Respostas aos Desastres utiliza

essencialmente produtos e serviços necessários para suprir a população e seus abrigos, como água potável, alimentos, roupas, agasalhos, material de limpeza e higienização, administração de abrigos e apoio às equipes empenhadas nas operações (SANTA CATARINA, 2013).

Estritamente ligada à Defesa Civil está a atuação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), em desastres neste Estado, a qual tem buscado novas soluções de emprego nessa área, conforme Nunes (2015):

O aumento da ocorrência e da intensidade de desastres no Brasil e, em especial, em Santa Catarina tem obrigado as organizações competentes em Proteção e Defesa Civil, entre elas o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, a buscarem novas soluções para prevenir desastres de origem natural e responder a eles (NUNES, 2015, p. 23).

Uma solução eficiente criada pelo governo de SC foi a criação do Batalhão de Ajuda Humanitária, composto por Bombeiros Militares. Este batalhão está sediado na cidade de Florianópolis, podendo deslocar-se para qualquer Batalhão de Bombeiros do Estado para fazer frente aos desastres que, em concordância com Nunes (2015):

Em virtude disso, criou-se o Batalhão de Ajuda Humanitária (BAjH) do CBMSC, sediado em Florianópolis, porém com possibilidade de ter sua sede movida provisoriamente para o atendimento à população atingida pelo desastre (NUNES, 2015, p.).

Corroborado pela mesma pessoa, que cita a criação do Batalhão de Ajuda Humanitária no ano de 2015:

Consoante a isso, no dia 26 de novembro de 2015, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina o Decreto 480, que cria o Batalhão de Ajuda Humanitária (BAjH) do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), com sede em Florianópolis e subordinado ao Subcomandante Geral (SCmtG). O parágrafo único do artigo 2º de tal diploma, entretanto, apregoa que: “Quando acionado para atendimento da população vítima de desastres, o BAjH terá sua sede realocada provisoriamente, enquanto durar esse atendimento”.

Com isso, nota-se que o Batalhão de Ajuda Humanitária ocupará a estrutura física de uma OM do Corpo de Bombeiros e a complementar com os materiais e meios da sede principal, da cidade de Florianópolis, ainda com Nunes (2015):

Isso implica que o BAjH, quando acionado, necessitará utilizar a estrutura física de alguma unidade. Para que o atendimento seja mais eficiente, a Organização Bombeiro Militar (OBM) na qual o BAjH operará deverá estar preparada para que possa acolhê-lo e para que este possa executar suas atividades sem que a OBM anfitriã deixe de prestar seu atendimento rotineiro (NUNES, 2016)

6.2 A FORÇA DE AJUDA HUMANITÁRIA NO COMANDO MILITAR DO NORDESTE

A Diretriz de Implantação do Subprojeto Força Humanitária (BRASIL, 2014c) tem o objetivo geral de “Capacitar a Força para atuar em Operações Humanitárias” (BRASIL, 2014c, p. 2/13) e, entre os objetivos específicos, identifica-se o de introduzir a F Aj Hum inicialmente no CMNE, conforme a mesma diretriz:

Estabelecer procedimentos operacionais, logísticos e administrativos referentes à Força Humanitária, relativos aos diversos Órgãos de Direção Setorial (ODS) e Comandos Militares de Área (C Mil A) envolvidos.
Realizar a Experimentação Doutrinária da Força Humanitária.
Implantar a Força Humanitária, iniciando-se pelo Comando Militar do Nordeste (CMNE), destinada a emprego, em princípio, dentro do território nacional (BRASIL, 2014c, p. 2/13, grifo nosso).

Este projeto adequa-se ao PEEEx 2020-2023, que têm os objetivos estratégicos Nr 03 (contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social), Nr 05 (Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre) e Nr 14 (ampliar a integração do Exército à sociedade) (BRASIL, 2019).

Sobre o assunto, pretende-se “prover o Exército Brasileiro (EB) com meios adequados para atuar em Operações de Ajuda em Caso de Desastre” (BRASIL, 2019), que, em outras palavras, é a contribuição esperada nessa dissertação.

Por consequência, para ensejar a introdução da F Aj Hum no Comando Militar do Nordeste (CMNE), foi criado um Grupo de Trabalho (GT/CMNE), em 2014, que buscou propostas que visam ao aperfeiçoamento da doutrina e a busca de melhores práticas no preparo e emprego da F Aj Hum. Assim, este GT desenvolveu uma experimentação doutrinária, na forma de Cadernos de Trabalhos, atestados principalmente pelo Plano de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres 2013/2014 (BRASIL, 2013), pela Diretriz de Implantação do Subprojeto Força Humanitária (BRASIL, 2014c) e pela NCD Nr 01/2014 (BRASIL, 2014a). Sendo eles:

- Experimentação Doutrinária – Caderno de Trabalho 2ª parte, de 30 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015c), que abordou os temas: Estrutura organizacional da Força de Ajuda Humanitária; Proposta de criação do Grupo de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (GBREC); Quadro de Cargos Previstos (QCP) e Quadro de Dotação de Material (QDM); e

- Experimentação Doutrinária – Caderno de Trabalho 1ª parte, de 30 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015d), que retratou os assuntos: O Destacamento de

Resposta Inicial (DRI); A conduta de avaliação do desastre; o adestramento da Força de Ajuda Humanitária e a visão do GT acerca da Força que foi criada em 2015.

O GT/CMNE apresentou a importância do adestramento da F Aj Hum, mostrando a relevância de se possuir um adestrado e especializado, além de material apropriado, conforme se observa a seguir:

Para que a Força de Ajuda Humanitária apresente grande mobilidade e operacionalidade, a mesma necessitará ser formada com pessoal profissional, que mantenha um adestramento constante. Seus quadros necessitarão de militares especializados em diversas áreas de atuação. Além disso, sua dotação de material deve permitir o emprego operacional com autonomia logística (viaturas e equipamentos) e contar com sofisticados meios de comunicações, apoio aéreo, tanto de helicópteros, como de aviões e de meios fluviais, como botes (BRASIL, 2015d, p. 9/10).

Em tal caso, na visão do GT/CMNE, a F Aj Hum é uma força temporária ad hoc, valor Unidade, de emprego dual, com meios já preexistentes na OM, consoante com o apresentado a seguir:

Será uma Força temporária, de valor batalhão, constituída para realizar uma operação de ajuda humanitária. Deverá possuir uma organização ad hoc e estruturar-se com os meios militares preexistentes. O conceito da dualidade torna-se impositivo nessa estruturação, mas não impedirá que se agreguem novas tecnologias e especializações requeridas em situações de emergência que envolvam o risco de perdas de vidas humanas, seja o decorrente da atividade militar seja em casos de desastres (BRASIL, 2015d, p. 9/10).

Para elucidar, o emprego dual seria a participação precípua da defesa da pátria e, ao mesmo tempo, órgão participante ativo na cooperação com a Defesa Civil, em outras palavras, emprego dual defesa externa-defesa civil.

À vista disso e análogo às doutrinas de F Aj Hum, o GT/CMNE direcionou esforços para estruturar a F Aj Hum no CMNE com os meios militares disponíveis nas próprias OM, sem negligenciar para o histórico das catástrofes mais comuns, como inundações por transbordamento de rios nas faixas litorâneas da Zona da Mata, e o fenômeno das secas no agreste e sertão nordestino (BRASIL, 2015d, p. 1/14).

Assim sendo, a assistência inicial se principia pelo Destacamento de Resposta Inicial (DRI), retratado abaixo:

O apoio militar é iniciado pelo Destacamento de Resposta Inicial, o qual deve possuir condições de rápido desdobramento para a região do desastre, preferencialmente nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas (BRASIL, 2015d, p. 16).

Que, ainda de acordo com a Nota de Coordenação Doutrinária da F Aj Hum:

Esse destacamento tem por missão realizar a avaliação do desastre, determinando a situação da infraestrutura da região atingida, o dimensionamento do esforço de resposta a desastre do governo local e as capacidades militares que podem ser agregadas ao esforço do governo local, bem como pode realizar o reconhecimento inicial para o desdobramento das primeiras forças (BRASIL, 2015d, p. 16).

Complementando, o GT/CMNE expõe que:

O DRI tem por missão realizar a avaliação do desastre, bem como realizar o reconhecimento inicial para o desdobramento das primeiras Forças. Esta avaliação serve de subsídio para a organização "sob medida" da Força Humanitária. Além disso, o DRI também realizará a ligação e coordenação inicial com o governo local, outros atores envolvidos no esforço de resposta e com unidades do EB, de forma a constituir o núcleo de um Centro de Coordenação de Operações de Ajuda Humanitárias (caso este ainda não tenha sido estabelecido pelos atores locais), visando a coordenação do esforço humanitário (BRASIL, 2015d, p. 3/10).

O CMNE propôs três modelos de atuação do DRI.

O primeiro, chamado de Modelo Doutrinário, será pouco abordado, pois não compete sua organização por um Batalhão de Infantaria. Nele, pode haver elementos de diversas áreas e especializações:

O DRI deve ser organizado pelo Centro de Coordenação de Operações (CCOp) dos Comandos Militares de Área (C Mil A). Em razão das diferentes competências exigidas para o desempenho das suas atividades, pode ser necessária a utilização de militares de diversas Organizações Militares (BRASIL, 2015d, p. 16-17).

O segundo modelo, chamado de Modelo Alternativo 1 (MA1), seria um DRI reforçado, com possibilidade de emprego imediato, de forma limitada, conforme observado na proposta do GT/CMNE:

PROPOSTA: O rápido engajamento do DRI (modelo doutrinário) reforçado por esse módulo, não só irá mitigar as dificuldades enfrentadas pelos órgãos que já estejam atuando na região da catástrofe, como também contribuirá para elevar o conceito e a boa imagem do Exército junto à população. Assim, o DRI — MAI deverá contar com um efetivo de pessoal (oficiais e praças) destinado ao cumprimento das tarefas de Ligação, Avaliação e Coordenação, semelhante ao do DRI — Modelo Doutrinário, além de uma estrutura operacional de emprego imediato, composta com meios minimamente necessários de engenharia, comando e controle (comunicações) e logística, denominado de Módulo Precursor Emergencial (MPE) (BRASIL, 2015d).

O emprego do MA1 ocorrerá quando a região afetada não houver Organização Militar do Exército (OME), porém não possui tanta relevância para este trabalho, por ter como base o DRI Modelo Doutrinário e, conseqüentemente, conter elementos especializados de diversas OM:

O emprego do DRI - Modelo Alternativo 1 é recomendado, tanto para desastres de grande intensidade (nível II) quanto para desastres de baixa ou média intensidade (nível I), desde que, na região atingida, não exista OME sediada, em condições de pronto emprego (BRASIL, 2015d, p. 21).

O último, o Modelo Alternativo 2 (MA2), seria valioso para este trabalho, pois utiliza no DRI somente elementos da OM mais próxima ao desastre, com os meios e equipamentos já existentes:

A F Aj Hum será estruturada com base nas Organizações Militares existentes na região do desastre, consideradas as suas peculiaridades e os meios dos quais são dotadas. Em caso de inexistência de OM na região, os meios podem ser trazidos de outras regiões do país, conforme a necessidade (BRASIL, 2015d, p. 18).

Confirmado pelo GT/CMNE:

Raciocínio análogo aplica-se ao DRI que, também, poderia ser organizado e adestrado no âmbito da OME local e constituído por oficiais e praças da própria unidade, previamente designados. Nesse modelo (DRI — MA2), conta-se com as vantagens da economia de meios, da redução do tempo de deslocamento para se chegar ao local do desastre e da manutenção dos "laços táticos" com os órgãos governamentais locais, sobretudo os da Defesa Civil (BRASIL, 2015, p. 8/10).

Neste caso, o DRI-MA2 possui a seguinte proposta de configuração:

PROPOSTA: O emprego de meios em apoio à Defesa Civil, pela OME local, será precedido pela imediata atuação do DRI - Modelo Alternativo 2, constituído por uma estrutura simplificada, composta apenas pelos Grupos de Avaliação de Desastre (GP Aval Des) e Grupo de Coordenação e Ligação (GP Coord Lig), já que a missão dos outros dois grupos (GP Cmdo e GP Trnsp) será absorvida naturalmente pela própria estrutura da OME local, já mobilizada para o apoio que se faz necessário (BRASIL, 2015, p. 8/10).

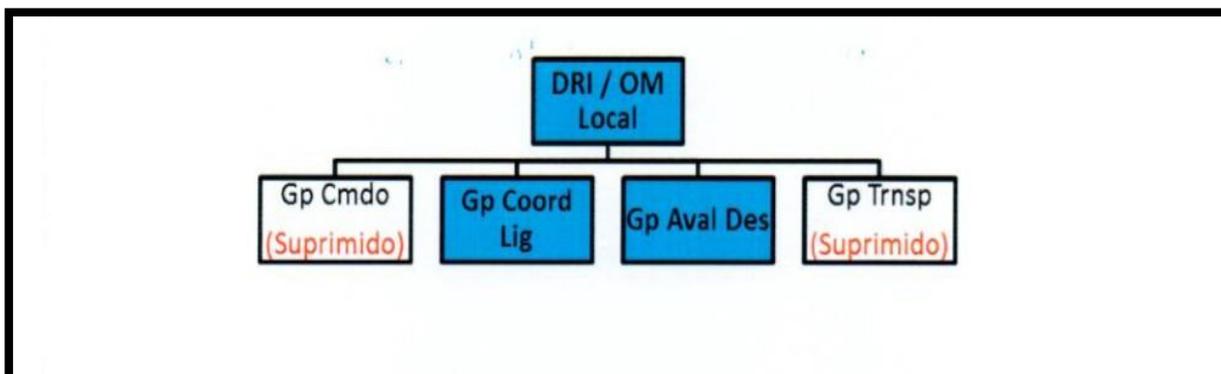


Figura 2 - DRI – MA

Fonte: Subprojeto da F Aj Hum 2014 - Estudos e propostas do GT/CMNE (BRASIL 2015, p. 8/10)

Desta organização, compreende-se que, conforme a NCD Nr 01/2014 (BRASIL, 2014d, p. 18) que o Grupo de Avaliação de Desastre (Gp Aval Des) apresenta-se para realizar a avaliação dos danos e da capacidade restante do governo local e outros envolvidos, com o intuito de estipular quais as capacidades intrínsecas à Força que podem ser anexadas ao esforço; e também que o Grupo de Coordenação e Ligação (Gp Coord Lig) “Tem por missão realizar a ligação inicial com o governo e outros participantes do esforço de resposta a desastre e auxiliar na coordenação desse esforço” (BRASIL, 2015d, p. 17).

Podendo incorporar ao DRI, existe ainda o Módulo Precursor Emergencial (MPE). Esta fração tem como característica basilar o emprego imediato, principalmente nas primeiras 24 horas, e é composta com os meios mínimos necessários de engenharia, comando e controle (comunicações) e logística, dando suporte básico e essencial até a chegada das demais frações da F Aj Hum (BRASIL, 2015d, p. 2/14).

Assim, dando continuidade, será abordado à estruturação da F Aj Hum do CMNE, conforme o organograma da figura posterior:

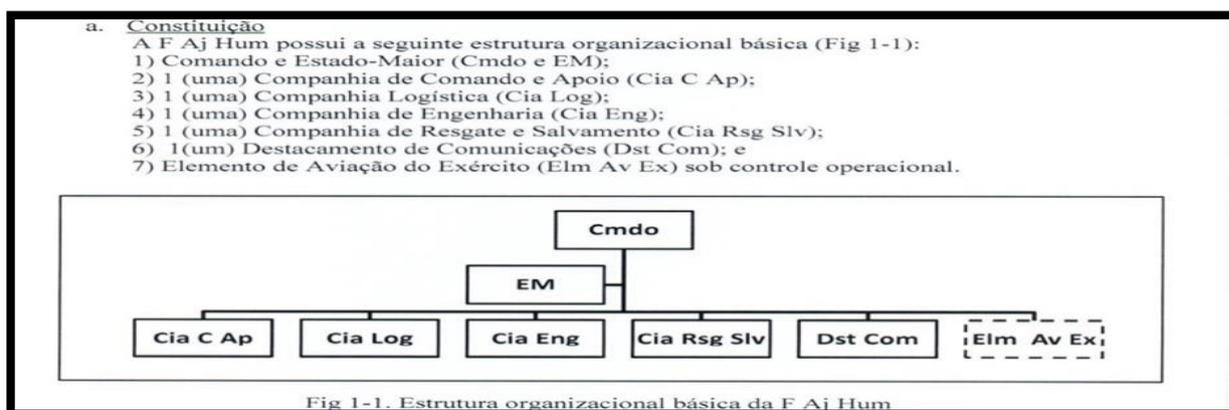


Figura 3 - Estrutura organizacional da F Aj Hum do CMNE

Fonte: Subprojeto Força de Ajuda Humanitária (BRASIL, 2015d, p. 4/14)

Ao Comando (Cmndo) e Estado-Maior (EM) da F Aj Hum incube planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da unidade (BRASIL, 2015d, p. 4/14) e é dividido em Estado-Maior Geral e Estado-Maior Especial.

A Companhia de Comando e Apoio (Cia C Ap) apoia o comando da Unidade na montagem da base de operações, no funcionamento das seções do Estado-Maior e de geoinformação, nos serviços de manutenção, aprovisionamento e obras simples, e também, na instalação de abrigos para desabrigados e desalojados e segurança das operações conduzidas pela F Aj Hum (BRASIL, 2015d, p. 5/14).

A Cia C Ap da F Aj Hum é composta por um Pelotão de Comando (Pel Cmndo), um Pelotão de Serviço (Pel Sv) e um Pelotão de Polícia do Exército (Pel PE) (BRASIL, 2015d, p.5/14), conforme se observa em seu organograma:

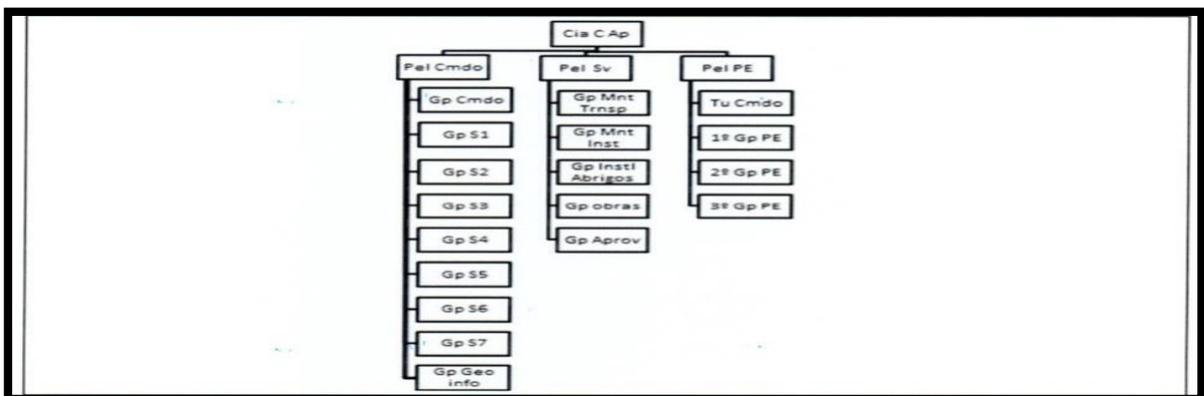


Figura 4 - A Cia C Ap da F Aj Hum do CMNE

Fonte: Experimentação Doutrinária – Caderno de Trabalho 2ª parte (BRASIL, 2015d, p. 5/14)

A Companhia Logística (Cia Log) apoia na forma logística a F Aj Hum. Como exemplo de algumas missões desta Subunidade (SU) vemos a distribuição de água potável, o armazenamento e distribuição de combustível, kits e alimentos, manutenção e evacuação de viaturas, entre outras (BRASIL, 2015d, p. 6/14). Formada por uma Seção de Comando (Sec Cmndo), um Pelotão de Suprimento (Pel Sup), um Pelotão de Manutenção (Pel Mnt) e um Pelotão de Transporte (Pel Trnsp). Sua constituição observa-se a seguir:

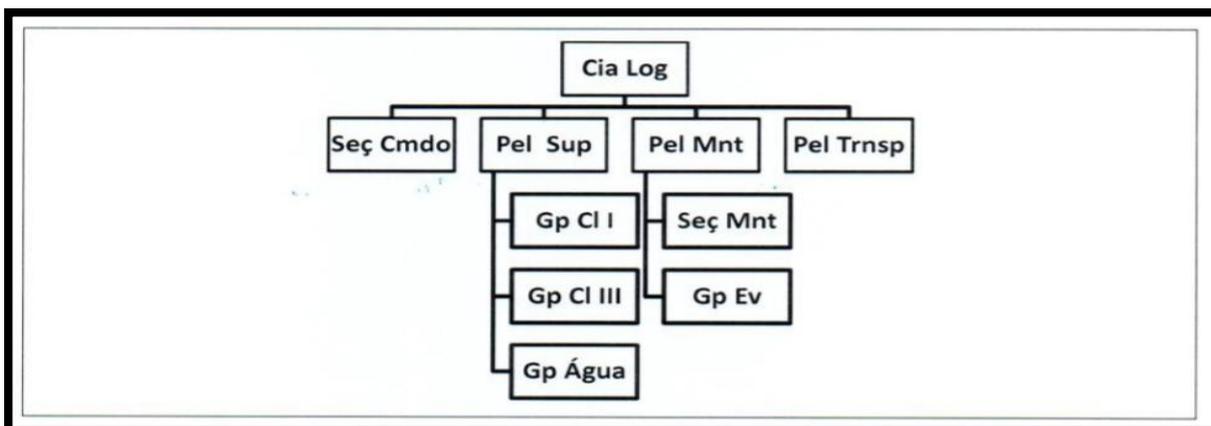


Figura 5 - A Cia Log da F Aj Hum do CMNE

Fonte: Experimentação Doutrinária – Caderno de Trabalho 2ª parte (BRASIL, 2015d, p. 6/14)

A Companhia de Engenharia (Cia E) realiza os trabalhos de engenharia em proveito da F Aj Hum e é organizada com dois Pelotões de Engenharia (Pel E) e um Pelotão de Engenharia de Apoio (Pel E Ap) (BRASIL, 2015d, p. 7/14), conforme se vê:

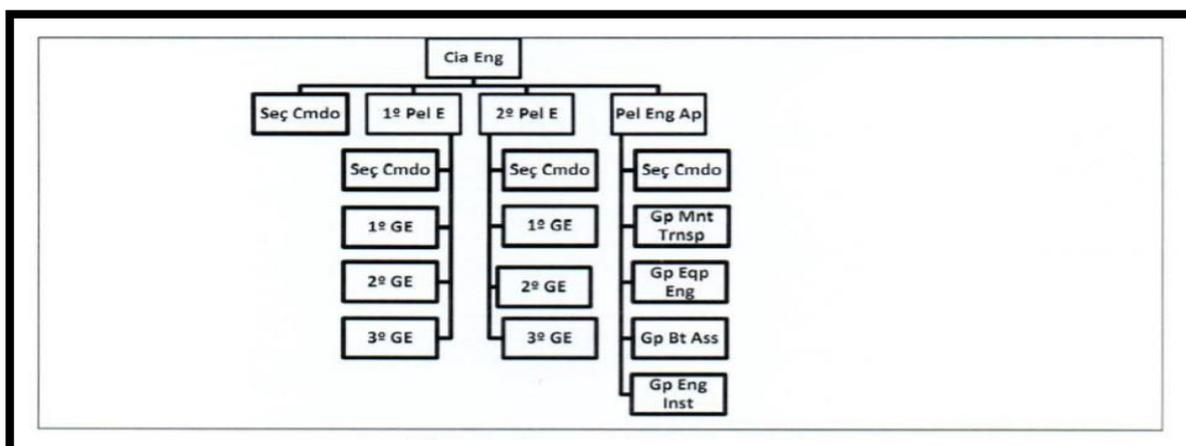


Figura 6 - A Cia E da F Aj Hum do CMNE

Fonte: Experimentação Doutrinária – Caderno de Trabalho 2ª parte (BRASIL, 2015d, p. 7/14)

“A Companhia de Resgate e Salvamento (Cia Rsg e Slv) proporciona o apoio de saúde emergencial às vítimas da catástrofe” (BRASIL, 2015d, p. 7/14). É organizada com uma Seção de Comando (Sec Cmndo), um ou mais Pelotões de Resgate e Salvamento (Pel Rsg Slv), um Pelotão de Triagem (Pel Trg), um Grupo de Evacuação (Gp Ev). Também poderá ser reforçado por um Pelotão de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (Pel DQBRN) e por um Grupo de Resgate Vertical (Gp Rsg Vertical), cedido pela 4ª Bda Inf L (Mth). Poderá ainda ser criado um Grupo de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (GBREC) que atuaria especificamente em

resgate técnico em estruturas colapsadas e danificadas, porém, sua inclusão nesta SU excluiria o Gp Rsg Vertical.

Seu organograma está mostrado a seguir:

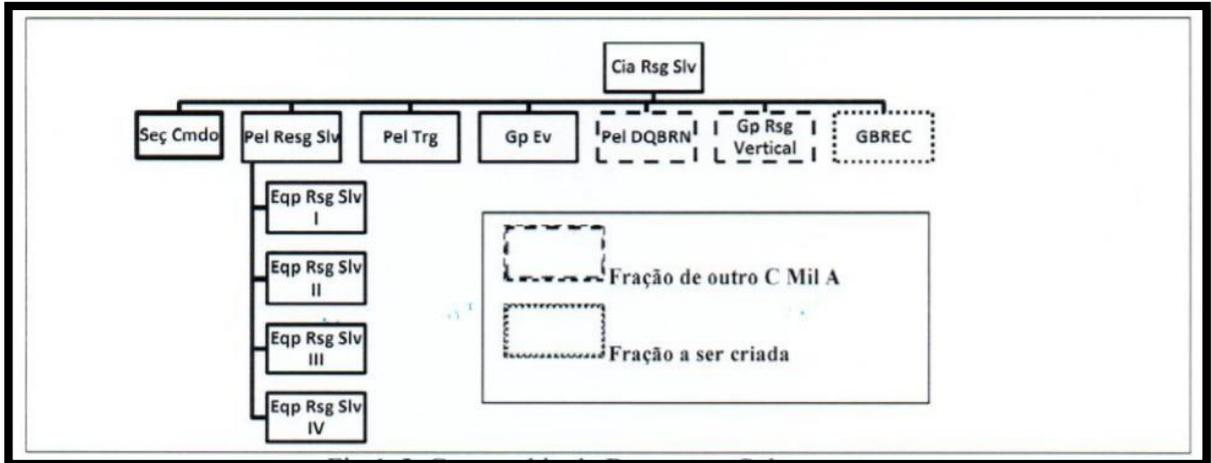


Figura 7 - A Cia Rsg Slv da F Aj Hum do CMNE

Fonte: Experimentação Doutrinária – Caderno de Trabalho 2ª parte (BRASIL, 2015d, p. 8/14)

O Destacamento de Comunicações (Dst Com) tem por missão:

- (1)instalar, operar e manter os meios de C2 necessários à condução das operações pela Força de Ajuda Humanitária;
- (2)integrar, por meio do sistema operacional C2, o Cmndo da F Aj Hum aos órgãos de governo e não governamentais vinculados à Defesa Civil; e
- (3)auxiliar na avaliação das dimensões dos desastres (BRASIL, 2015d, p. 8/14).

E é constituído pelo Comando (Cmndo), Grupo Rádio (Gp Rad), Grupo de Centro de Comunicações (Gp CCom), Grupo de Integração (Gp Intg) e Grupo de Posto de Comando Tático (Gp PCT), conforme organograma a seguir:

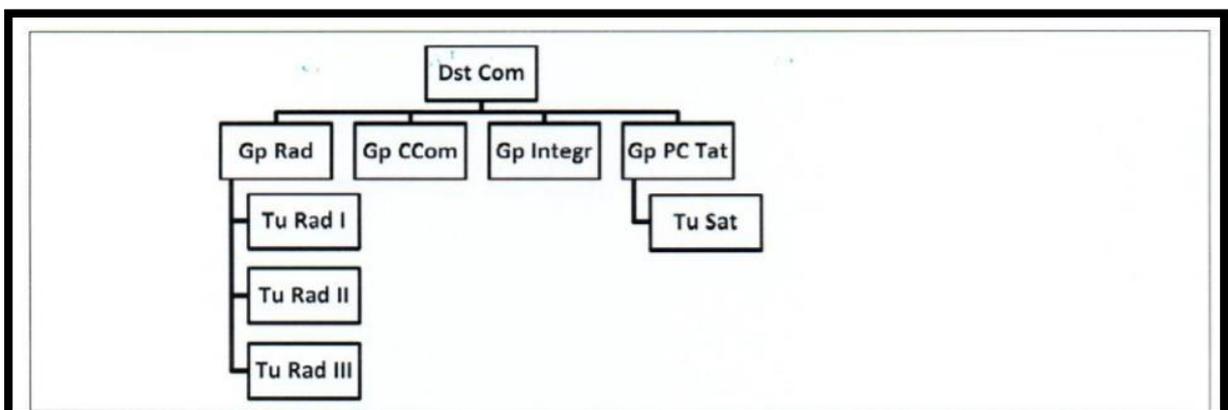


Figura 8 - O Dst Com da F Aj Hum do CMNE

Fonte: Experimentação Doutrinária – Caderno de Trabalho 2ª parte (BRASIL, 2015d, p. 9/14)

Os Elementos da Aviação do Exército (Elm Av Ex) se empregados, passarão à disposição do C Mil A da região afetada, ficando sob controle operacional da F Aj Hum (BRASIL, 2015d, p. 9/14).

E por fim, apresentado como um conceito inovador no EB, a F Aj Hum do CMNE poderá constituir um Grupo de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas, apelidado de GBREC, que teria como missão:

Realizar operações de busca e resgate técnico em estruturas colapsadas ou danificadas de madeira pesada ou construções de concreto reforçada, incluindo as reforçadas com aço estrutural e realizar operações de içamento e escoramento. Tudo isso sem perder a capacidade de realizar buscas e resgates em superfície (BRASIL, 2015d, p. 11/14, grifo nosso).

Para isso, o GT/CMNE apresentou a finalidade da criação do GBREC que seria “Propor a constituição, em pessoal e material, de uma fração de busca e resgate em estruturas colapsadas, que passará a desenvolver capacidades típicas do resgate urbano, ainda não existentes na Força Terrestre” (BRASIL, 2015d, p. 10/14) e seria justificada:

- a) A proposta contempla o conceito da dualidade, já que estruturas colapsadas podem ser decorrentes de desastre naturais (terremotos, por exemplo) e, também, de operações de guerra em ambiente urbano.
- b) Nas situações de conflitos urbanos, os militares que venham a se tornar vítimas em estruturas colapsadas estariam a depender quase que exclusivamente das ações de busca e resgate da força a que pertencem. Portanto, o rápido engajamento de um GBREC orgânico dessa força militar garantiria o atendimento especializado às vítimas em pleno ambiente de guerra.
- c) O fato de o EB vir a dispor de uma fração dessa natureza, pronta para atuar dentro e fora do País, não só alinhar-se-á com os objetivos estratégicos do Exército (2016-2019), projetando uma imagem edificante da operacionalidade da Força Terrestre brasileira, como contribuirá para elevar o conceito do Brasil como País solidário e apto a desenvolver operações de ajuda humanitária em âmbito internacional (BRASIL, 2015d, p. 11/14).

Neste estudo e proposta de criação do GBREC, o GT/CMNE amparou-se no INSARAG (International Search and Rescue Advisory Group) que traduzindo seria o Grupo Consultivo Internacional de Busca e Resgate da ONU que nada mais é que “uma rede mundial de mais de 80 países e organizações, coordenados pelas Nações Unidas, que se encarrega de temas relacionados com busca e resgate urbano (Urban Search and Rescue - USAR)” (BRASIL, 2015d, p. 10/14).

Desta forma, pautado das diretrizes do INSARAG, o GT/CMNE propôs a criação de equipes USAR (busca e resgate urbano), através do GBREC. Assim, utilizando

como referência as Equipes USAR dos Batalhões de Intervenção da Unidade Militar de Emergências (BIEM-UME) do exército espanhol, o GT/CMNE chegou à conclusão que o modelo mais adequado para orientar a proposta do GBREC da F Aj Hum seria o da Equipe USAR Média que possui os cinco componentes requeridos pelas Diretrizes INSARAG: Gerenciamento, Busca, Resgate, Apoio Médico e Logístico, que permitiriam tais equipes viajarem a um país afetado e em prontidão operativa dentro do prazo de 32 horas, após o aviso do desastre, devendo ter pessoal suficiente para trabalhar 24 horas por dia e por até 7 dias seguidos (BRASIL, 2015d, p. 10/14).

Esta proposta apresentada pelos estudiosos do CMNE foi alicerçada na Unidade Militar de Emergências (UME) da Espanha, que desde 2011 mantém Equipes USAR certificadas pela ONU em sua F Aj Hum:

Portanto, no final de novembro de 2011, o processo de avaliação e classificação de uma equipe média de busca e salvamento urbano (USAR) da UME foi realizado na Espanha, juntamente com a equipe de Emergência e Resposta imediata da Comunidade de Madrid (ERICAM), seguindo os critérios do Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa e Salvamento (INSARAG, em inglês), do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) das Nações Unidas. Em 1º de dezembro de 2011, este processo terminou com um resultado positivo, o que permitiu que a Unidade formasse uma equipe USAR-Médio (ESPANHA, 2014, p. 35, tradução nossa).

Com a finalidade:

Essas equipes médias de USAR realizam resgates complexos de vítimas presas em estruturas colapsadas após um terremoto. Com a capacidade de ser projetada no exterior, eles possuem a necessária autossuficiência logística que lhes permite desenvolver suas atividades sem se tornar um fardo adicional para o país afetado pelo terremoto (ESPANHA, 2014, p. 35-36, tradução nossa).

Portanto, após muitos estudos e comparações, chegou-se à conclusão que o GBREC ideal seria organizado, conforme figura a seguir:

6.3 O EMPREGO DO EXÉRCITO AMERICANO EM OPERAÇÕES DE APOIO AOS CIVIS.

A doutrina americana classifica as operações militares em ofensivas, defensivas, de estabilidade e de apoio (USA, 2003, p. 1-2).

As operações de apoio são classificadas como operações de apoio doméstico e assistência humanitária externa. As formas de operações nesta atividade militar são:

- operações de reabastecimento;

- apoio para incidentes com armas de destruição em massa;
- apoio à garantia da lei civil; e
- assistência comunitária (USA, 2003, p. 1-6 e p. 6-1).

As operações de apoio são geralmente conduzidas para assistir as autoridades civis em resposta a emergências (naturais ou causadas pelo homem), em ações específicas contra atividades ilegais e para atividades de reabastecimento ou de redução do sofrimento. As operações são conduzidas por tempo limitado até que as autoridades civis possam atuar sem o auxílio militar. (USA, 2003, p. 1-6)

Como cada operação de apoio é única, o Exército Americano considera importante para o planejamento e execução os seguintes aspectos:

- prover o apoio essencial para o máximo de pessoas;
- coordenar as ações com as outras agências do governo, buscando unidade de esforço;
- estabelecer a mensuração de efetividade das atividades desenvolvidas; e reverter as atividades para as agências civis o quanto antes possível. (USA, 2003, p. 1-7).

São capacidades do Exército Americano para as operações de apoio:

- organizar e adaptar a força rapidamente para atender diversos requisitos; comunicação local, regional e global;
- ser empregada rapidamente em qualquer lugar rapidamente;
- operar em qualquer ambiente;
- possuir sistema logístico que pode operar rapidamente em caso de desastres naturais ou causados pelo homem;
- controlar o terreno e a influência da população na área de operações para preservar a liberdade.

Os militares tem a capacidade de auto-defesa e a habilidade de defender outros, se for necessário (USA, 2003, p. 1-12 e 1-13).

A doutrina de emprego pressupõe a busca pelas operações decisivas, que quando cumpridas caracterizam o cumprimento da missão dada pelo escalão superior (USA, 2003, p. 1-13).

Nas operações de apoio, as operações decisivas normalmente previnem ou reduzem os efeitos de desastres naturais ou causados pelo homem; reabastecem ou reduzem as condições de epidemias, fome ou privações. Também podem ser estabilizando áreas provendo a segurança de pessoas e ou instalações; provendo

serviços para a população; ou restabelecendo a infra-estrutura crítica (USA, 2003, p. 1-14).

São exemplos de infra-estrutura que podem receber segurança ou ser reestabilizada:

- serviços vitais: Hospitais, Estações de tratamento de água, Estações de tratamento de esgoto; locais de armazenagem e processamento de produtos perigosos, serviços de emergência (polícia, bombeiros e resgate);

- administração civil: Legislativo, judiciário e funções administrativas;

- transporte e distribuição: Auto-estradas, ferrovias, portos, tubulações, aeroportos e companhias de transportes.

- energia: instalações de produção, armazenagem e distribuição de energia elétrica (USA, 2003, p. 1-14).

Nas Operações de Apoio Doméstico o Exército Americano provê serviços essenciais e recursos especializados para auxiliar as autoridades civis a lidar com situações que estão além de suas capacidades. Em geral elas envolvem ações para auxiliar as autoridades civis e ONGs a prover o apoio necessário à população atingida (USA, 2003, p. 6-1).

Em um contexto de Operações de Apoio aos civis, podem ser atribuídas ao Exército Americano as atividades descritas no quadro abaixo:

Atividade	Assistência a desastres	Assistência Comunitária
Reconhecimento	X	
Apoio de Comando e Controle	X	
Apoio ao Planejamento	X	
Apoio com Mão de Obra	X	
Suprimentos e equipamentos	X	
Transporte	X	
Preparação de alimentação	X	
Purificação de água	X	
Trabalhos funerários	X	
Lavanderia e Chuveiro	X	
Abrigos temporários	X	X
Apoio de saúde	X	X
Geração de energia	X	

Apoio de Engenharia	X	X
Segurança	X	
Restaurar a Lei e a Ordem	X	
Detonações		X
Busca e Salvamento	X	X
Controle de tráfego	X	X
Combate ao Fogo	X	X
Prover ligações	X	X

Quadro 2 – Formas de Operações de Apoio e algumas de suas atividades.

Fonte: o autor, com dados do FM 3-07 (USA, 2003, p. 6-3)

Para este tipo de operação fica evidente na doutrina americana a necessidade de um contato e uma coordenação em larga escala com as agências apoiadas e as ONGs, requerendo o preparo e a capacitação dos militares responsáveis. (USA, 2003, p. 1-6)

Como fruto das experiências na Guerra Contra o Terrorismo, especificamente as operações no Afeganistão, Iraque e Filipinas, assim como os esforços de assistência seguido dos furacões Katrina e Rita o Exército Americano vem constantemente atualizando sua doutrina de emprego (WALLACE, 2008, p.2). Estas palavras foram citadas nas vésperas do lançamento do novo manual FM 3-0 Operações. Estas mudanças separaram os temas “Operações de Estabilidade e Operações de Apoio aos Civis”² que estavam reunidos no manual FM 3-07 em 2003 e passaram a ter seus manuais específicos, ficando as Operações de Estabilidade com a sigla FM 3-07 e as Operações de Apoio aos Civis com a Nomenclatura FM 3-28.

A atualização do FM 3-28 foi lançada somente em meados de 2010, apresentando uma diferença de 2 (dois) anos da doutrina base e apenas 7 (sete) anos da doutrina anterior.

O interessante a se ressaltar nesta mudança é a abordagem do tema Operações de Apoio aos Civis, que deixou de tratar apenas da estrutura militar e das possibilidades das forças militares apoiarem aos civis e passou a abordar amplamente a coordenação com as agências governamentais, se tornando um manual tanto para os militares quanto para os civis. A preocupação com a coordenação entre as Forças Armadas e as agências é evidenciada ao afirmar que ela é crítica e que dela depende toda a operação de apoio aos civis (USA, 2010, p. 1-10).

Estão elencadas abaixo algumas características das operações de apoio aos civis conduzidas pelas Forças Armadas Americanas:

- as operações visam reforçar a capacidade das autoridades civis (USA, 2010, p. vi);

- é fundamental que os líderes militares compreendam o ambiente moldado principalmente por autoridades civis e fundamentado em lei (USA, 2010. p. vi);

- elas requerem que os militares trabalhem em conjunto com as autoridades civis (USA, 2010, p. viii);

- os comandantes militares podem colocar as forças em alerta, porém para conduzir as operações devem ter autorização da secretaria de defesa (USA, 2010, p. ix);

- as operações têm caráter secundário em relação às operações de guerra e defesa da pátria (USA, 2010, p. 1-10);

- as operações são um aspecto vital do serviço das Forças Armadas americanas para a nação, apesar de não estarem prioritariamente organizadas, treinadas e equipadas para esta finalidade (USA, 2010, p. 1-1);

- o departamento de defesa não conduz as operações e sim as apóia (USA, 2 Traduzido do Inglês Stability Operations and Civil Support Operations. 2010, p. 1-9);

- as Forças Armadas tem a capacidade de desdobrar rapidamente uma grande força e de mantê-la por um longo tempo, o que é componente primário para o apoio aos civis (USA, 2010, p. 1-4);

- as operações podem ocorrer para: prover apoio em desastres; prover apoio em acidentes químicos, biológicos, radiológicos, nucleares ou explosivos de alta letalidade; prover apoio na garantia da lei; e prover outros apoios não emergenciais (USA, 2010, p. 1-11);

Estas características demonstram que as forças militares, apesar de terem a capacidade de operar, devem perceber que o ambiente de trabalho é distinto do que estão habituadas a trabalhar. Ainda, para completar a situação o grande número de atividades torna cada missão de apoio única, fazendo-se necessário que os líderes se adaptem ao cumprimento da missão. Para guiar os líderes em suas atividades foram apresentados os seguintes fundamentos:

- o primeiro propósito é salvar vidas, aliviar o sofrimento e proteger a propriedade;

- todos os aspectos das operações de apoio aos civis são definidos em lei;

- os civis conduzem as operações e os militares apóiam: os civis escolhem as prioridades e os militares a apóiam;

- todos os custos devem ser documentados;

- os militares terminam suas atividades quando as autoridades civis conseguirem exercer suas funções sem assistência militar (USA, 2010, p. 1-14).

Para atender este último fundamento são dadas as seguintes orientações:

- as forças militares podem ou não ser as primeiras forças a chegar à região de um incidente. Porém, devem ser as primeiras a terminarem suas tarefas, transmitir suas responsabilidades para uma agência civil e retirar-se. (USA, 2010, p. 1-14).

- a fase de término de missão se configura quando a autoridade civil recupera sua capacidade de atender as suas responsabilidades sem assistência militar. Note que não implica em retornar a situação de normalidade, basta que tenha alguém para executar a tarefa. (USA, 2010, p. 1-16).

- rápida substituição das tropas por empresas contratadas pelas autoridades civis, pois estes contratos reaquecem a economia local proporcionando a contratação de civis desempregados em consequência do desastre (USA, 2010, p.1-15 e 3-3). É válido ressaltar que a experiência Chilena extraída das operações geradas após o terremoto seguido de maremoto em fevereiro de 2010, também aponta o benefício da contratação de civis desempregados para a reativação econômica da área afetada. (CHILE, 2011, p.120)

Passando a tratar da coordenação das atividades, o fundamento deixa bem claro que os responsáveis pela condução das atividades são os civis. A doutrina apresenta as seguintes recomendações:

- nas operações de apoio aos civis os militares trabalham para os civis. O comandante militar deve manter sua estrutura de comando, porém os requerimentos vêm da autoridade civil (USA, 2010, p. 1-15);

- quando um comandante percebe que a autoridade civil está receosa indica que já é o tempo de terminar a missão. Recuperações longas podem ser afetadas negativamente (USA, 2010, p. 1-15);

- Um dos grandes erros dos comandantes táticos é querer assumir o controle quando chegam à cena de um incidente (USA, 2010, p. 1-15);

A grande atenção dada à coordenação com as agências civis nestas operações infere a designação desta atividade como extremamente relevante para o sucesso das

operações, principalmente por serem enfatizadas após os esforços de assistência seguido dos furacões Katrina e Rita.

6.4 A FORÇA DE AJUDA HUMANITÁRIA NO MÉXICO

Outra organização que merece destaque é a Força de Apoio em Caso de Desastres (FACD), do México. O estudo dos seus meios e materiais será de grande valia, pois esta Força possui uma Brigada de Infantaria Independente pronta para atuar em qualquer parte do território mexicano e participar como F Aj Hum em outros países, além de possuir um plano permanente de adestramento, ante qualquer tipo de desastre (MÉXICO, 2020).

A FACD apresenta uma considerável experiência internacional e já atuou em 20 (vinte) países em 41 (quarenta e uma) ocasiões, conforme se observa no quadro a seguir.

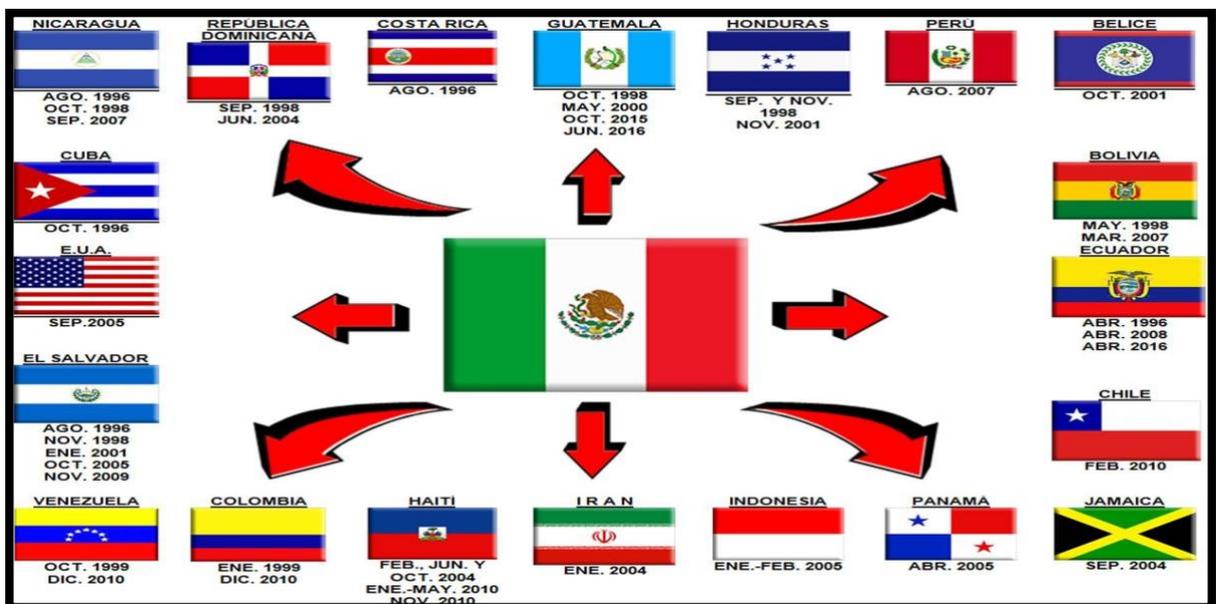


Figura 9 - Atuações da Força de Apoio em Caso de Desastres

Fonte: Governo do México (MÉXICO, 2020)

A missão principal da FACD é reforçar os Comandos Regionais ou Zonas Militares que sejam ultrapassados em suas capacidades de auxílio à população, transportando por seus próprios meios a qualquer parte do território e em condições de atuar imediatamente, seja em situações de desastres ou no restabelecimento da Ordem (BRASIL 2014d).

O Exército e a Força Aérea possuem organismos menores que a FACD em seus Comandos Regionais ou Zonas Militares em condições de prontamente atuar ante aos desastres, recebendo apoio suplementar da FACD quando ultrapassadas suas capacidades (BRASIL 2014d).



Figura 10 - Composição da Força de Apoio em Caso de Desastres

Fonte: Governo do México (MÉXICO, 2015)

Ao se visualizar especificamente o componente terrestre da Força de Apoio em Caso de Desastres, percebe-se que o mesmo é composto por um organismo que se aproxima a uma Grande Unidade do Exército Brasileiro. A Força Terrestre Vale do México, que pode ser comparada a um Batalhão de Infantaria enquadrado em uma Brigada, já o Agrupamento de Serviços é dedicado exclusivamente às tarefas logísticas, assemelhando-se a um Batalhão Logístico. O Agrupamento de Engenheiros é o responsável pela função logística Engenharia, com características similares a um Batalhão de Engenharia.

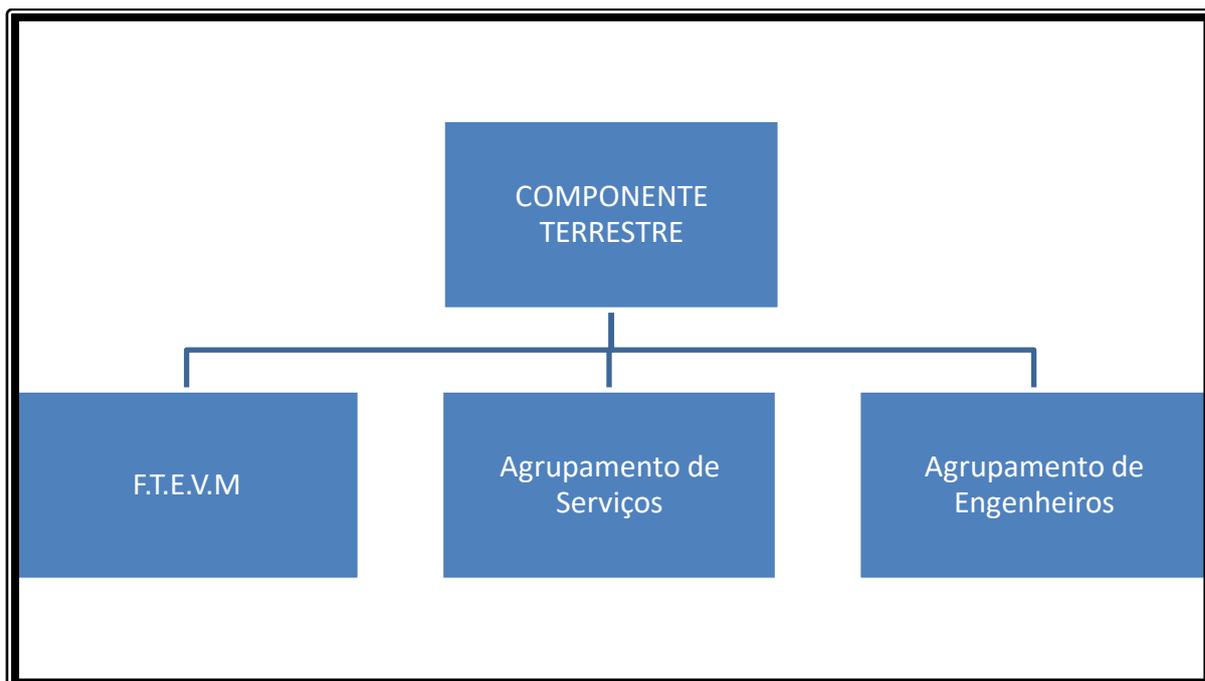


Figura 10 - Composição do Componente Terrestre da Força de Apoio em Caso de Desastres
Fonte: Governo do México (MÉXICO, 2015)

As principais missões da F.T.E.V.M são: resgatar as pessoas e evacuá-las; isolar a área para evitar que pessoas alheias façam qualquer tipo de saque; e prender os saqueadores (BRASIL 2014d).

O agrupamento de Serviços é composto por uma Seção de Saúde, com a missão de prestar auxílio médico nas missões de ajuda humanitária e defesa civil, sendo composta por 1 (um) Médico, 2 (dois) Enfermeiros; 2 (dois) Auxiliares de Saúde e 1 (um) Assistente Social (BRASIL 2014d).

Compõe também o agrupamento, uma Seção de Comunicações, responsável pelo estabelecimento das ligações com escalões superiores e agências civis, composta por 1 (um) Centro de Comunicações e 5 (cinco) células de comunicações, com tipos diferentes de equipamentos: HF, VHF, satelital e produção de Imagens (BRASIL 2014d).

A Seção de Intendência é responsável em fornecer alimentação para a tropa e para os desabrigados, possuindo cozinhas móveis de campanha com fogões, fornos, padarias, câmaras frigoríficas e todo material de cozinha (BRASIL 2014d).

Por fim, integra o agrupamento um Grupo de Apoio, 1 (uma) Seção de Cães, especializada em localizar pessoas além de 1 (uma) Seção de Resgate Urbano (BRASIL 2014d).

O Agrupamento de Engenheiros é o responsável pela realização dos trabalhos de engenharia nas áreas de desastres e de ajuda humanitária, contando com meios como carregador frontal articulado, máquina moto niveladora, escavadora sobre lagarta e trator sobre lagarta (BRASIL 2014d).

Para que as Forças Armadas alcancem este objetivo, a Secretaria de Defesa Nacional, equiparada ao Ministério da Defesa no Brasil, capacita e prepara os militares, através de cursos, treinamentos e palestras e aplica o Plan DN -III -E, inclusive nos diversos órgãos e repartições civis responsabilidades direta e indireta no caso de possíveis desastres (BRASIL 2014d).

A Secretaria de Defesa Nacional, de acordo com as políticas nacionais de prevenção e mitigação de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos Efeitos da Mudança Climática da Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas, realiza, externa e internamente, nas das diversas unidades, dependências e instalações, diferentes atividades relacionadas às políticas mencionadas, destacando-se dentre outras atividades, as seguintes:

- Promove a especialização e profissionalização do pessoal militar em questões ambientais, através da realização de palestras e cursos;
- Participação no Combate aos Incêndios;
- Aplicação do plano DN-III-E, auxiliando a população em casos de desastres em qualquer parte do território nacional, a fim de contribuir para o esforço nacional de preservação das pessoas, seus bens e seu meio ambiente (MÉXICO, 2020).

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados obtidos por meio das pesquisas documental e bibliográfica desenvolvidas no decorrer deste trabalho, de forma que, por meio da discussão dos resultados, seja possível responder às questões de estudo propostas.

Espera-se que, ao final do presente trabalho, os estudos desenvolvidos possam prover o EB com os meios mais adequados em Op Aj Hum e Apoio à Defesa Civil, propondo, sugestões de adaptações no QDM de um Batalhão de Infantaria, bem como na adaptação da organização dessas unidades em situações específicas de emprego, possibilitando um permanente estado de prontidão operativa.

Além disso, analisando experientes exércitos no mundo, pretende-se contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina do EB, possibilitando uma adequada implantação da e Defesa Civil. Tudo com o objetivo de proporcionar pronta resposta, não somente de um Batalhão de Infantaria, mas de todo o EB às demandas dos órgãos governamentais em ambientes interagências.

7.1 PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO EM PESSOAL DO BATALHÃO DE INFANTARIA EM OPERAÇÕES DE DEFESA CIVIL E AJUDA HUMANITÁRIA

A organização dos recursos humanos é fundamental para o exato cumprimento das missões, em especial nas situações de desastres e crises humanitárias.

Relativo ao assunto, é oportuno o conceito de Recursos Humanos, consoante com o Manual MD35-G-01(BRASIL, 2007), que o define como “Potencial humano de uma Nação, em todos os seus aspectos” (BRASIL, 2007, p. 224/274).

Neste momento, cabe realçar a necessidade de manter o pessoal capacitado e adestrado para atuar em Op Aj Hum, aludido no Subprojeto Força de Ajuda Humanitária do CMNE (BRASIL, 2015c):

Para que a Força de Ajuda Humanitária apresente grande mobilidade e operacionalidade, a mesma necessitará ser formada com pessoal profissional, que mantenha um adestramento constante. Seus quadros necessitarão de militares especializados em diversas áreas de atuação. Além disso, sua dotação de material deve permitir o emprego operacional com autonomia logística (viaturas e equipamentos) e contar com sofisticados meios de comunicações, apoio aéreo, tanto de helicópteros, como de aviões e de meios fluviais, como botes (BRASIL, 2015c, p. 9/10).

Ademais é fundamental rever princípios gerais das Operações de Ajuda Humanitária, as quais podem ser extendidas para as Operações de Defesa Civil, conforme delineado no Simpósio de Operações de Ajuda Humanitária, ocorrido no Comando Militar do Nordeste em 2014:

- Velocidade de resposta inicial
- Consciência situacional e avaliação
- Coordenação com o governo local e outras agências
- Utilização de unidades locais
- Adequação das capacidades na área de saúde
- Gerenciamento de distribuição
- Unidade de esforço de comunicação social
- Planejamento e execução com vistas ao estado final desejado

- Atenção aos efeitos de segunda ou terceira ordem (BRASIL 2014d)

Infere-se nos princípios elencados acima, a necessidade de ações rápidas, efetivas, orientadas por avaliações corretas da situação e a rápida coordenação com outras agências, tudo isso com a oportuna utilização de unidades locais.

Tendo em vista as necessidades elencadas acima, bem como as possibilidades e limitações dos Batalhões de Infantaria, após analisar os modelos utilizados por diversas instituições citadas no trabalho, chegou-se a conclusão que o modelo de Força de Ajuda Humanitária do Comando Militar do Nordeste é o que mais se adequa às capacidades da supracitada unidade. Cabe, no entanto, a sugestão de adaptação da proposta de estrutura da forma que se segue:

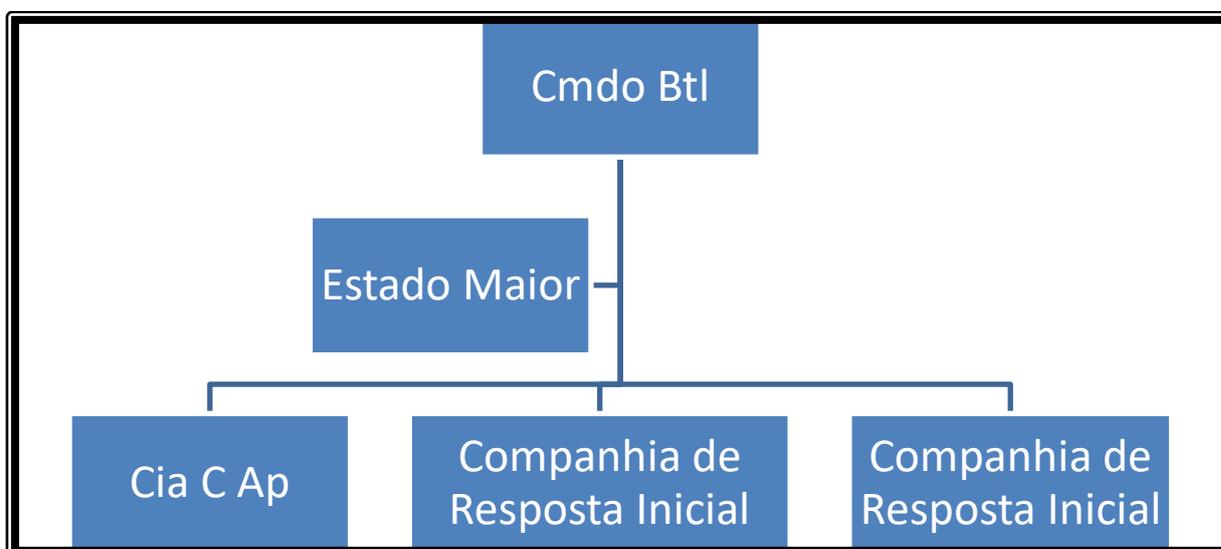


Figura 11 – Proposta de organização do Batalhão de Infantaria para Operações de Ajuda Humanitária
Fonte: O autor

O Batalhão de Infantaria organizado para as supracitadas operações é dividido em Comando do Batalhão, Estado Maior, Companhia de Comando e Apoio; e Companhia de Resposta Inicial. Ao Comando (Cmdo) e Estado-Maior (EM) incube planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da unidade, sendo dividido em Estado-Maior Geral e Estado-Maior Especial.

Companhia de Resposta Inicial proporciona o apoio emergencial às vítimas da catástrofe, sugerindo-se a organização de mais de uma subunidade para essa missão, tendo em vista o rigor dos trabalhos de salvamento/ajuda humanitária e sua característica de funcionamento ininterrupto, conforme organização descrita a seguir:

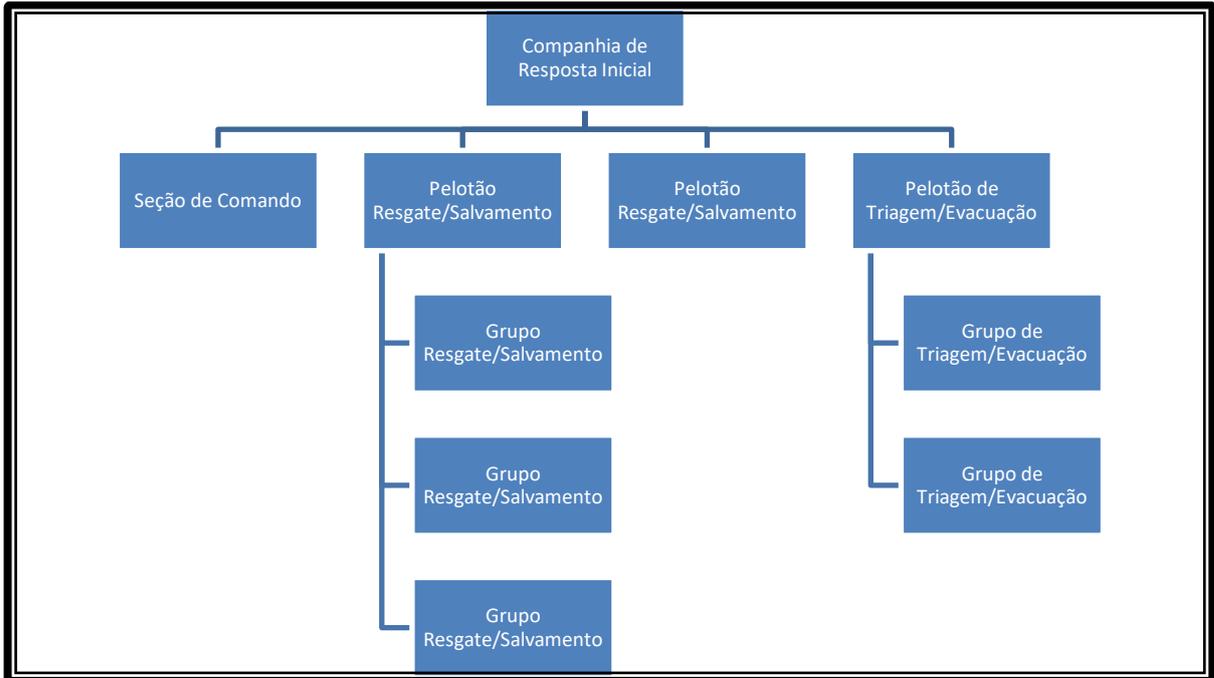


Figura 12 – Proposta de organização da Companhia de Resposta Inicial

Fonte: O autor

A Companhia de Comando e Apoio auxilia na logística do Batalhão. Como exemplo de algumas missões desta Subunidade (SU) vemos a distribuição de água potável, o armazenamento e distribuição de kits e alimentos, apoio médico, entre outras, conforme organograma:

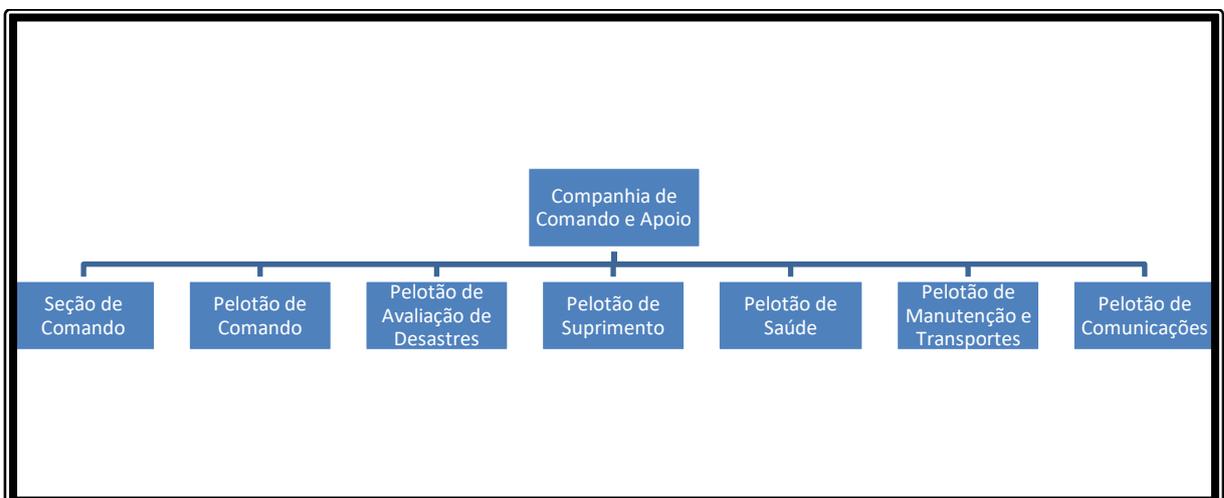


Figura 13 – Proposta de organização da Companhia de Comando e Apoio

Fonte: O autor

Cabe ressaltar a criação do Pelotão de Avaliação de Desastres, cuja missão é realizar a avaliação dos danos e da capacidade restante do governo local e agências

envolvidas, com o intuito de identificar sumariamente a proporção do ocorrido e quais as capacidades do Batalhão podem ser utilizadas, de forma a proporcionar a economia de meios.

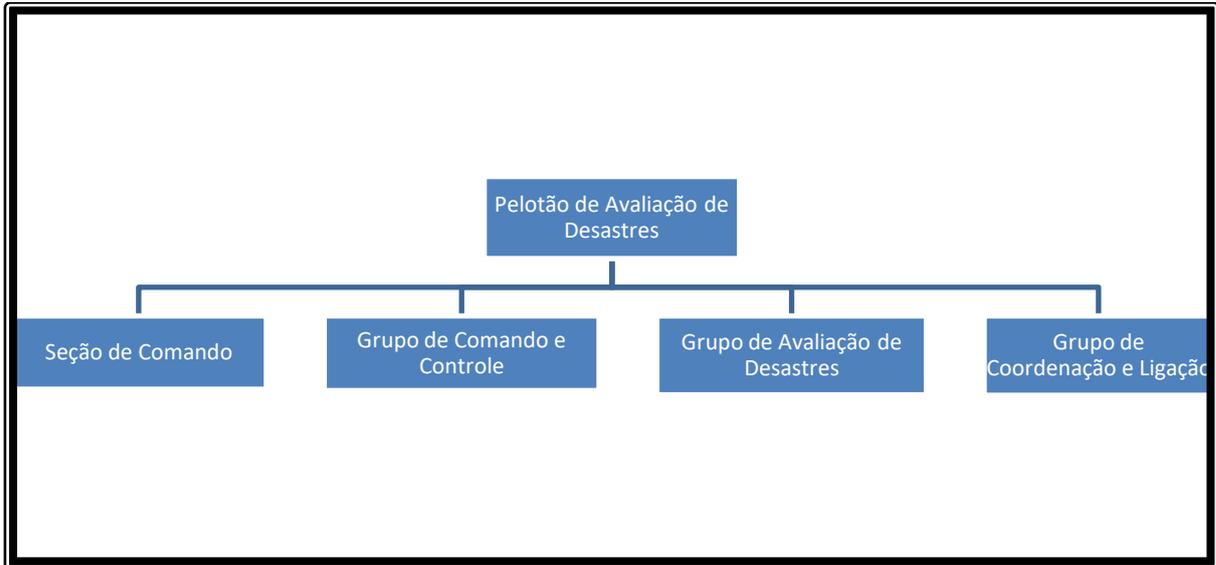


Figura 14 – Proposta de organização do Pelotão de Avaliação de Desastres

Fonte: O autor

O Grupo de Coordenação e Ligação (Gp Coord Lig) tem por missão realizar a ligação inicial com o governo e outros participantes do esforço de resposta a desastre e auxiliar na coordenação desse esforço.

Ressalta-se que as missões sensíveis desse pelotão, como a avaliação do desastre e a coordenação com agências, devem ser realizadas por oficiais, de preferência do Estado-Maior do Batalhão, sendo os integrantes dos grupos, auxiliares das tarefas. É de suma importância que os militares responsáveis por essas missões realizem especializações nessas áreas, de forma a otimizar seus trabalhos.

Ainda sobre a Cia C Ap, é necessária a adaptação de um Grupo de Trabalhos de Engenharia ao Pelotão de Manutenção e Transportes, responsável pelo uso de maquinário pesado, como a escavadeira, de forma a auxiliar na limpeza e retirada de escombros do local de desastre.

7.2 PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO EM MATERIAL DO BATALHÃO DE INFANTARIA EM OPERAÇÕES DE DEFESA CIVIL E AJUDA HUMANITÁRIA

Além das considerações já abordadas no item 7.1, o foco deste subitem foi no pronto operacional de um Batalhão de Infantaria, de acordo com a proposta de composição de duas principais frações: o Pelotão de Avaliação de Desastres, a Companhia de Resposta Inicial e a Companhia de Comando e Apoio.

Desta maneira, somente serão mencionadas as supracitadas frações neste subitem e ainda, para um fácil entendimento será feito um direcionamento amparado no Sistema de Classificação Militar de Suprimentos, que conforme as Normas Administrativas Relativas ao Suprimento (NARSUP) (BRASIL, 2002), classifica os itens de suprimento em 10 classes (Brasil, 2002, p. 16), sendo assim:

a. Classe I (Material de Subsistência):

Tendo em vista a diversidade de situações que podem ocorrer nas Op Aj Hum, com a possibilidade de desdobramento de cozinhas de campanha ou emprego de rações, a estimativa de consumo ficará a cargo do planejamento do Estado Maior, a partir das informações obtidas na avaliação dos desastres. Especial atenção deve ser dada à coordenação do apoio de alimentação a outras agências, bem como vítimas, de tal forma que não extrapole as capacidades da OM.

b. Classe II (Material de Intendência):

MATERIAL	F Aj Hum			
	Pelotão de Avaliação de Desastres	Companhia de Resposta Inicial	Companhia de Comando e Apoio	Total
Barraca Básica	3	5	10	18
Barraca Canadense	4	13	17	34
Toldo	3	5	5	13
Saco Lister	3	4	7	14
Capacete de Montanha	15	30	30	75
Cozinha de Campanha (a)	0	1	2	3
Marmitas (Termobox)	4	6	10	20
Bombona 100l p/ Água	1	2	2	5
P Lav	0	1	1	2
P Ban	0	0	1	1

Latrinas	2	5	15	22
Bancos de Campanha	2	5	10	17
Mesas	5	10	10	25
Freezer	1	1	3	5
Cadeira	10	30	50	90
Beliche	0	30	30	60
Colchão de Espuma	0	60	60	120
Manta de Lã Tipo I	0	60	60	120
Escada de Alumínio	1	2	2	5
Escada de madeira	0	1	1	2
Pallet	5	15	15	35
Sacos Pretos (100u)	1	1	1	3

Figura 15 – Proposta Material Classe II

Fonte: O autor, com base no Anexo Logístico à Ordem de Instrução nº 20-S3, de 13 NOV 17 da F Aj Hum da 14ª Bda Inf Mtz (BRASIL 2017).

c. Classe III (Combustíveis e Lubrificantes):

Não se chegou a um dado preciso, porém cabe um alerta para que as OM com chances reais de emprego em Op Aj Hum estejam sempre com quantidades de combustível suficientes para o possível emprego em qualquer parte de sua área de responsabilidade, sendo, dessa forma, necessário que a Região Militar crie, na cota de combustível operacional da OM, por exemplo, o Classe III para o emprego da F Aj Hum.

d. Classe V (Armamento e Munição):

MATERIAL	F Aj Hum			Total
	Pelotão de Avaliação de Desastres	Companhia de Resposta Inicial	Companhia de Comando e Apoio	
Fz 7,62 mm M964 (FAL)	10	23	35	68
Fz Mtr 7,62 mm M964 (FAP)	0	5	0	5
Pst 9 mm	10	28	8	46
Monóculo de Visão Noturna	2	5	0	7
Binóculo	2	5	0	7
Outros	0	0	0	0

Figura 16 – Proposta Material Classe V

Fonte: O autor, com base no Anexo Logístico à Ordem de Instrução nº 20-S3, de 13 NOV 17 da F Aj Hum da 14ª Bda Inf Mtz (BRASIL 2017).

e. Classe VI (Material de Engenharia e Cartografia):

MATERIAL	F Aj Hum			Total
	Pelotão de Avaliação de Desastres	Companhia de Resposta Inicial	Companhia de Comando e Apoio	
Gerador de Campanha (Até 4 KVA)	1	1	1	3
Gerador de Campanha (de 4 KVA a 15 KVA)	0	1	1	2
Gerador de Campanha Auto rebocado (55 KVA)	0	0	1	1
GPS	2	4	4	10
Bússola	1	4	4	9
Roçadeira	1	1	1	3
Motosserra	1	2	2	5
Retroescavadeira	0	0	1	1
Rede de camuflagem	0	10	10	20
Talha	1	1	1	3
Bote pneumático p/ 6 pessoas	0	0	2	2
Embarcação de Alumínio, tipo Voadeira (EPE)	0	0	2	2
Motor popa 25hp	0	0	4	4
Colete Salva Vidas	0	0	43	43

Figura 17 – Proposta Material Classe VI

Fonte: O autor, com base no Anexo Logístico à Ordem de Instrução nº 20-S3, de 13 NOV 17 da F Aj Hum da 14ª Bda Inf Mtz (BRASIL 2017).

f. Classe VII (Material de Comunicações, Eletrônica e Informática):

MATERIAL	F Aj Hum			Total
	Pelotão de Avaliação de Desastres	Companhia de Resposta Inicial	Companhia de Comando e Apoio	
Falcon II	2	5	5	2
Falcon III portátil	2	5	5	0
Falcon III veicular	1	3	3	7
PRO 5150	5	10	10	25
Yaesu System 600	0	1	1	2
Vertex VX 7R	0	5	0	5
Vertex VX 1700	0	1	0	1
Vertex 2200	0	7	0	7
Icon-IC-A110 (Terra Avião)	0	1	1	1
Motorola EM 200	0	1	1	1
Motorola XTL 1500	0	1	1	0
Motorola XTS 2250	0	1	1	0
Bateria Pro 5150	0	10	10	20
Motobridge	0	0	1	0
Radio APX	0	1	1	2
Impressora	0	1	1	2
Notebook/Microcomputador	0	2	5	7
Bateria Falcon III	2	5	5	7
Carregador Multiplo Bateria Motorola	1	2	2	5
Carregador Bateria Pro 5150	1	3	3	7
Carregador Bateria Falcon II	1	1	1	3
Central Telefonica (b)	0	0	1	1
Antena Dipolo	0	1	1	2
Antena Plano Terra Elevado	0	1	1	2
Antena Yagi	0	0	2	2
Antena Moxon	0	0	1	1
Repetidora GTR	0	0	1	0
Radio APX 2000	0	0	1	0
Baterias APX 2000	0	0	1	0
Carregador APX 2000	0	0	1	0

Figura 18 – Proposta Material Classe VII

Fonte: O autor, com base no Anexo Logístico à Ordem de Instrução nº 20-S3, de 13 NOV 17 da F Aj Hum da 14ª Bda Inf Mtz (BRASIL 2017).

g. Classe VIII (Material de Saúde):

MATERIAL	F Aj Hum			
	Pelotão de Avaliação de Desastres	Companhia de Resposta Inicial	Companhia de Comando e Apoio	Total
Canastra de medicação	1	1	1	3
Canastra de equipamento (Médico)	0	1	1	2
Maca de campanha	1	2	2	5
Mesa de pequeno porte	0	2	2	4
Reanimador manual (ambu)	0	1	1	2
Desfibrilador	0	1	1	2
Cilindro de oxigênio	0	2	2	4
Extintor ABC 12Kg	1	1	1	3
Extintor BC 12Kg	1	1	1	3
Maca rígida	1	1	3	5
Maca Retrátil	1	1	1	3
Mochila de medicação	0	1	1	2
Colete KED	0	1	1	2
Bolsa de primeiro socorros	2	4	4	10
Bolsa de Talas	1	2	2	5
Bolsa APH – Completa	2	3	3	8
Aquecedor de soro	0	1	1	0
Material de intubação	0	1	1	2
Respirador	1	1	1	3
Ambu AC	0	1	1	2
Tirante Aranha	0	1	1	2
Colar Cervical	4	4	4	12
Espelho, pinça clínica e sonda exploradora	10	10	10	30
Espátula de resina	5	5	5	15
Espátula de manipulação	3	3	3	9
Placa de vidro	3	3	3	9
Colher de dentina	0	7	7	14
Cureta periodontal	0	1	1	2
Escova de Robson	0	4	4	8

Abaixador de língua (pacote)	0	1	1	2
Luva (P) Cx	5	10	10	25
Flúor gel	0	1	1	2
Pasta profilática	0	1	1	2
Rolete dental de algodão (pct)	0	2	2	4
Sugador plástico desaliva (Pct)	0	1	1	2
Cimento de ionômero de vidro (Kit)	0	1	1	2
Fio dental (Rolo)	0	1	1	2
gaze cirúrgico grande	2	2	2	6
Babador descartável (pct)	0	1	1	2
Alcool Gel (1L)	1	2	2	5
Máscara descartável (pct)	1	5	5	11
Canastra com material odontológico	0	1	1	2

Figura 19 – Proposta Material Classe VIII

Fonte: O autor, com base no Anexo Logístico à Ordem de Instrução nº 20-S3, de 13 NOV 17 da F Aj Hum da 14ª Bda Inf Mtz (BRASIL 2017).

h. Classe IX (Viaturas):

MATERIAL	F Aj Hum			Total
	Pelotão de Avaliação de Desastres	Companhia de Resposta Inicial	Companhia de Comando e Apoio	
VTR MARRUÁ	3	2	2	7
VTR WORKER	0	0	1	1
VTR CISTERNA D'AGUA	0	1	1	2
VTR CISTERNA COMB.	0	0	1	1
VTR BAÚ	0	0	1	1
VTR AMB HILUX	0	1	1	2
VTR ÔNIBUS ROD – 708	0	0	1	1
VTR MICROONIBUS	0	0	1	1
PLATAFORMA/GUINCHO	0	0	1	1
VTR 5 TON	1	8	8	16
VTR MUNCK	0	0	1	1
Reboque Bote (Carretinha)	0	1	2	3

Figura 20 – Proposta Material Classe IX

Fonte: O autor, com base no Anexo Logístico à Ordem de Instrução nº 20-S3, de 13 NOV 17 da F Aj Hum da 14ª Bda Inf Mtz (BRASIL 2017).

8 CONCLUSÃO

A seguir serão expostas as conclusões e recomendações acerca do estudo conduzido. Deve-se observar que as ideias consideradas nesse trabalho não esgotam o assunto, pela sua complexidade e nível de constante atualização. A intenção é que essas ideias sirvam para alimentar os vindouros debates que possam surgir.

Assim, sendo, acredita-se que, ao encerrar o presente trabalho, seja pertinente acentuar os procedimentos metodológicos que delimitaram o desenvolvimento deste, servindo de base para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados e para a validação dos resultados obtidos.

Nesta perspectiva, no sentido de colaborar para o aperfeiçoamento doutrinário do tema, o problema gerador teve como escopo: “Quais seriam os meios mais adequados para um permanente estado de prontidão operativa do Batalhão de Infantaria em operações de apoio à Defesa Civil e Ajuda Humanitária?”

Para tanto, com o intuito de contestar o problema em questão, foi levantada a hipótese de que os meios levantados durante a pesquisa contribuiriam positivamente para um permanente estado de prontidão operativa do Batalhão de Infantaria, em operações de apoio à Defesa Civil e Ajuda Humanitária. Foram levantados três objetivos específicos, todos eles guiados pelo objetivo geral de propor meios materiais necessários para a participação de um Batalhão de Infantaria em apoio a desastres ambientais e crises humanitárias, sendo eles:

- a) Apresentar a preparação das OM da Força Terrestre nas Operações de Ajuda Humanitária, no tocante ao apoio a desastres ambientais e crises humanitárias;
- b) Apresentar a atuação de organizações militares e civis, no Brasil e no exterior, na área de defesa civil e ajuda humanitária;
- c) Propor a estrutura logística necessária para um Batalhão de Infantaria ser empregado em apoio a desastres ambientais e crises humanitárias, destacando oportunidades de melhoria que contribuam para maior efetividade no cumprimento dessa missão.

Com isso, todos os objetivos específicos estabelecidos foram esclarecidos na Revisão de Literatura e complementados na pesquisa bibliográfica ou na Observação Direta.

Primeiramente, no decorrer do estudo, fruto da Revisão de Literatura, foram expostas a atuação da Defesa Civil e da F Aj Hum atualmente existente no EB, sendo apresentadas e discutidas suas considerações.

Assim, de pronto, percebe-se que estiveram presentes, ao longo do desenvolvimento, os principais aspectos sobre a atuação dos órgãos privados e entidades da administração pública federal, estadual e municipal de atuação significativa na área de Defesa Civil.

Procurou-se analisar no decorrer do exame da literatura, o que diz respeito aos procedimentos adotados durante o atendimento aos necessitados, principalmente como as OM da F Ter com maior probabilidade de emprego em eventos de defesa civil e Ajuda Humanitária se prepararam, no tocante aos meios e materiais empregados, restrito ao emprego em desastres naturais.

Um dos principais aspectos que dominaram a dinâmica da pesquisa foi comparar, no âmbito da Logística Militar, a doutrina existente no EB com as doutrinas existente nos países com maior expressão no emprego de tropas em Op Aj Hum e de Apoio à Defesa Civil, observado em toda a revisão bibliográfica.

O trabalho utilizou a seguinte hipótese: os meios levantados durante a pesquisa contribuirão positivamente para um permanente estado de prontidão operativa do Batalhão de Infantaria, em operações de apoio à Defesa Civil e Ajuda Humanitária. Ao término do estudo chegou-se à conclusão que a hipótese apresenta grande capacidade de se mostrar verdadeira, demandando, no entanto, experimentação a ser realizada com tropa, de forma a validar a adequabilidade das propostas.

8.1 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Fruto do estudo realizado, conseguiu-se apresentar a estrutura logística necessária para um Batalhão de Infantaria ser empregado em Op Aj Hum e em ações de Apoio à Defesa Civil, destacando eventuais oportunidades de melhoria que contribuam para uma maior efetividade logística de forma a se manter a prontidão operativa do mesmo.

No tocante à proposta de organização em pessoal, vislumbrou-se a necessidade de pessoal capacitado e adestrado para atuar em Op Aj Hum, tendo em vista a premência de tempo dessas operações. A necessidade de organização do Batalhão

em uma ou mais Companhias de Resposta Inicial e essas em pelotões específicos se dá pela natureza das missões a serem cumpridas, as quais requerem capacitação e adestramento específicos.

Ainda quanto ao pessoal, sugere-se a sistematização da instrução de Op Aj Hum, aos moldes do que já é realizado nos corpos de tropa com as Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Faz-se necessária a previsão no Programa de Instrução Militar (PIM) do Comando de Operações Terrestre (COTER), confecção de Programa de Adestramento Básico para Operações de Ajuda Humanitária e Defesa Civil, bem como a previsão dessa subfase dentro do cronograma anual de instrução.

A execução de exercícios e simulações em coordenação com órgãos de defesa civil é de suma importância, sugerindo-se explorar desastres com maior probabilidade de ocorrência em cada região. Dessa forma pretende-se manter laços com os diversos órgãos participantes do Sistema de Defesa Civil.

No tocante à coordenação com agências, viu-se a importância da contínua aproximação entre órgãos. Sugere-se o emprego de um Oficial de Ligação, de forma a catalisar a coordenação com a Defesa Civil, bem como para a transmissão e aquisição de informações relevantes das operações conjuntas. Percebe-se também a necessidade de capacitar os Oficiais de Ligação para exercer a coordenação a Defesa Civil de forma eficaz e eficiente.

Com respeito à proposta de organização em material, o trabalho desenvolvido combinou a análise da revisão de literatura, incluindo os meios materiais utilizados por instituições nacionais e internacionais. Como resultado final, chegou-se à proposta de de meios componentes da logística da F Aj Hum em um Batalhão de Infantaria.

Apresenta-se como ressalva e proposta de melhoria o fato de não haver manuais específicos sobre o assunto, ou seja, a carência de doutrina específica sobre a logística de uma Força de Ajuda Humanitária.

Outrossim, seria recomendável que o Exército Brasileiro realizasse pesquisas sobre um Quadro de Organização ideal para a Força de Ajuda Humanitária em cada tipo de catástrofe, visto que, até o momento, somente os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho do CMNE criaram um Quadro Organizacional voltado para as demandas da região Nordeste e, com isso, carece de maior atenção a constituição das frações nos demais eventos climatológicos das outras regiões do Brasil. Experiências colhidas em Grandes Operações, como a Acolhida poderiam servir como referência para os as supracitadas pesquisas.

Por fim, a presente pesquisa científica se constituiu num objeto marcante para constatar a necessidade de que fossem realizadas transformações, dentre elas, a proposta apresentada por este pesquisador, de organização em pessoal e material moderna e coerente para Op Aj Hum e ações de Apoio à Defesa Civil, consequência do estudo judicioso de toda esta obra.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Luiz; GOMES JÚNIOR, Carlos Alberto de Araújo. **Capacitação em Defesa Civil: Sistema de Comando em Operações – SCO**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/>. Acesso em: 09 mar. 2020.

_____. Decreto do Executivo nº 7.257. **Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências**. Brasília: Planalto, 2010a.

_____. Decreto nº 9.110, de 27 de julho de 2017. **Remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS para o Ministério das Relações Exteriores e altera o Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 30 de maio de 2020.

_____. Exército. Brigada de Infantaria Motorizada, 14. **Diretriz de Planejamento Nr 03/17: Alteração na Organização e Proposta de Exercício da F Aj Hum da 14ª Bda Inf Mtz**. Florianópolis, SC, 2017.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz de Implantação do Subprojeto Força Humanitária**. Brasília, DF, 2014c.

_____. Exército. Comando Militar do Nordeste. **Simpósio sobre Força de Ajuda Humanitária**. Recife, PE 2014d.

_____. Exército. Comando Militar do Nordeste. **Subprojeto Força de Ajuda Humanitária: Estrutura Organizacional, QCP e QDM da Força de Ajuda Humanitária**. Recife, PE, 2015c.

_____. Exército. Comando Militar do Nordeste. **Subprojeto Força de Ajuda Humanitária: O Destacamento de Resposta Inicial (DRI); A conduta de avaliação de desastre; O Adestramento da Força de Ajuda Humanitária e a visão do GT acerca da Força a ser criada em 2015**. Recife, PE, 2015d.

_____. Exército. Estado-Maior. **Batalhões de Infantaria- C7-20**. 3. ed. Brasília, DF, 2003.

_____. Exército. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. **História Militar I**. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Exército. Estado-Maior. **Logística Militar Terrestre EB70-MC-10.238**. 3. ed. Brasília, DF, 2018.

_____. Exército. Estado-Maior. **Nota de Coordenação Doutrinária Nr 01/2014 - Operações de Ajuda Humanitária**. Brasília, DF, 2014a.

_____. Exército. Estado-Maior. **Normas Administrativas Relativas ao Suprimento**. 3. ed. Brasília, DF, 2003.

_____. Exército. Estado-Maior. **Operações em Ambiente Interagências - EB20-MC-10.201**. Brasília, DF, 2013.

_____. Exército. Estado-Maior. **Operações - EB20-MC10.103**. 4. ed. Brasília, DF, 2014b.

_____. Exército. Estado-Maior. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023- EB 10-P-01.007**. Brasília, DF, 2019.

_____. Governo Federal. **Histórico da Operação Acolhida**. Brasília, DF, 2020 Disponível em:< [https:// www.gov.br/acolhida/historico/](https://www.gov.br/acolhida/historico/) Acesso em: 19 mar 2020c.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo 2020**. Distrito Federal, DF, 2020a. Disponível em:< <https://censo2020.ibge.gov.br/sobre/numeros-do-censo.html#>> Acesso em: 19 mar 2020a.

_____. Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/> >. Acesso em 30 de maio de 2020.

_____. Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012a. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/ei/l12608.htm>. Acesso em 15 abr. 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01**. 5.ed. Brasília, DF, 2015b

_____. Ministério da Defesa. **Instruções para Emprego das Forças Armadas em Apoio à Defesa Civil - MD33-I-01**. Brasília, DF, 2015a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Agência Nacional de Águas e Saneamento básico**. Distrito Federal, DF, 2020. Disponível em:<

<https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/apa3s-chuva-forte-regiapso-serrana-do-rio-vai.2019-03-15.2658978405> > Acesso em: 19 mar 2020g.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Secretaria Nacional de Defesa Civil. Objetivos**, Distrito Federal, DF, 2020. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/impressao/printconteudo.asp>> Acesso em: 19 mar 2020b.

CODECIR capacita homens do Exército para Operação Inverno. Diário de Pernambuco, Recife, 17 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/nota.asp?materia=20110317074833>>. Acesso em: 30 jul 2011.

CORDEIRO, Luís Eduardo Pombo Celles. **As Expressões do Poder Nacional: uma nova taxionomia**. Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Pós Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea Rio de Janeiro 2016.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa; tradução: Sandra Mallman da Rosa**. 3.ed. Porto Alegre, Penso 2014.

ESPANHA. Ministerio de Defensa. Instituto Español de Estudios Estratégicos. **Cuadernos de Estrategia 165 España ante las emergencias y catástrofes. Las Fuerzas Armadas en colaboración con las autoridades civiles**. Madrid, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. 4. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2002.

HOSPITAIS do Exército atenderão vítimas das enchentes no Nordeste. Defesanet, Brasília, 31 maio. 2017. Disponível em: <<http://www.https://www.defesanet.com.br/aciso/noticia/nota.asp?materia=20110317074833>>. Acesso em: 30 jul 2011.

MÉXICO. Secretaría de la Defensa Nacional. **Fuerza de apoyo para casos de desastre plan dn-iii-e**. Disponível em: <<http://www.gob.mx/sedena/acciones-y-programas/fuerza-de-apoyo-para-casos-de-desastre-plan-dn-iii-e>>. Acesso em: 25 abr. 2020j.

SANTA CATARINA. **Plano de contingência**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/gestao-de-risco-2013/plano-de-contingencia-2013.html>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SCHWARZER, Eduardo. **O Batalhão de Infantaria na atribuição subsidiária geral das Forças Armadas: A Cooperação com a Defesa Civil**. / Eduardo Schwarzer. – 2011.

USA. Headquarters, Department of the army. **FM 3-07: Satability Operations and Support Operations**. Washington, DC, 2003.

_____. Headquarters, Departamento of the army. **FM 3-28: Civil Support Operations**. Washington, DC, 2010.

WALLACE, William S. **Manual de Campanha 3-0 Operações: O Anteprojeto do Exército**. Military Review, Fort Leavenworth, n. 4, p. 2-8, Ago. 2008.

VALENTE, Ivone. **Entrevista Especial, Parte 1. Com Ciência Ambiental**. Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 23, p.56-65, Jan 2010.